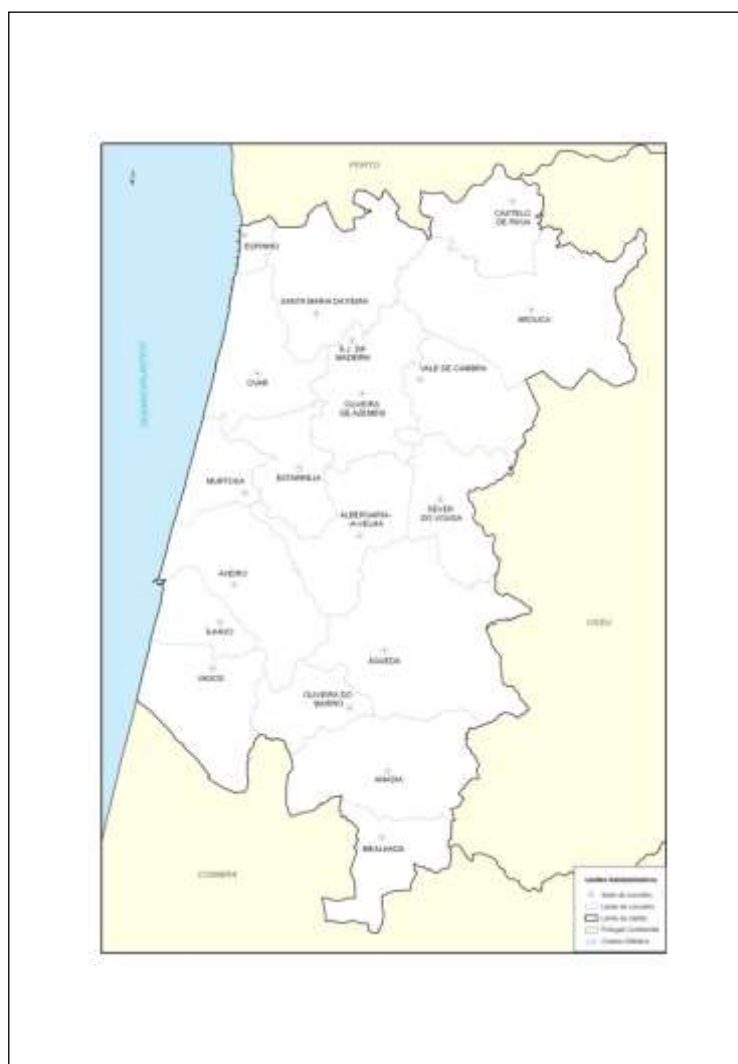


PLANO DISTRITAL DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL DE AVEIRO



maio de 2016

ÍNDICE

Lista de acrónimos

Referências legislativas

Registo de atualizações e exercícios

Índice de Tabelas.....	6
Índice de Figuras.....	7

PARTE I - Enquadramento

1. Introdução.....	22
2. Finalidade e objetivos.....	25
3. Tipificação dos riscos.....	27
4. Critérios para a ativação.....	28

PARTE II - Execução

1. Estruturas.....	32
1.1 Estrutura de Direção Política.....	33
1.2 Estrutura de Coordenação Política.....	34
1.3 Estrutura de Coordenação Institucional.....	37
1.4 Estruturas de Comando Operacional.....	38
1.4.1 Posto de Comando Operacional Municipal.....	41
1.4.2 Posto de Comando Operacional Distrital.....	41
2. Responsabilidades.....	45
2.1 Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil.....	45
2.2 Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil.....	48
2.3 Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio.....	58
3. Organização.....	80
3.1 Infraestruturas de relevância operacional.....	80
3.1.1 Rede rodoviária.....	80
3.1.2 Rede Ferroviária.....	81

3.1.3 Pontes, Túneis e Viadutos	82
3.1.4 Redes de transporte marítimo e fluvial.....	82
3.1.5 Aeródromos e heliportos	83
3.1.6 Rede de Telecomunicações	84
3.1.7 Barragens	86
3.1.8 Sistemas de Produção, armazenamento e distribuição de energia e combustíveis 88	
3.1.9 Indústria.....	88
3.1.10 Áreas industriais	90
3.1.11 Elementos estratégicos, vitais ou sensíveis para as operações de proteção civil e socorro	90
3.2 Zonas de intervenção	94
3.2.1 Zonas de Concentração e Reserva.....	94
3.2.2 Zonas de Receção de Reforços.....	96
3.3 Mobilização e coordenação de meios	99
3.3.1 Mobilização de meios	99
3.3.2 Sustentação Operacional	100
3.4 Notificação operacional	101
4. Áreas de Intervenção.....	103
4.1 Gestão administrativa e financeira	103
4.2 Reconhecimento e avaliação	112
4.2.1 Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação	112
4.2.2 Equipas de Avaliação Técnica	114
4.3 Logística	116
4.3.1 Apoio logístico às forças de intervenção	116
4.3.2 Apoio logístico às populações	120
4.4 Comunicações.....	125
4.5 Informação pública	131
4.6 Confinamento e/ou evacuação	135
4.7 Manutenção da ordem pública	141
4.8 Serviços médicos e transporte de vítimas	146
4.8.1. Emergência Médica.....	146
4.8.2. Apoio Psicológico	150

4.9	Socorro e salvamento.....	155
4.10	Serviços mortuários.....	159

PARTE III - Inventários, Modelos e Listagens

1.	Inventário de meios e recursos	168
2.	Lista de contactos.....	178
2.1	Autoridade Nacional de Proteção Civil	178
2.1.1	Sede	178
2.1.2	Agrupamento Distrital do Centro Norte e Comando Distrital de Operações de Socorro de Aveiro.....	179
2.2	Comissão Distrital de Proteção Civil de Aveiro	179
2.3	Centro de Coordenação Operacional Distrital de Aveiro	183
2.3.1	Composição Fixa	183
2.3.2	Composição Variável.....	183
2.4	Autoridades Municipais de Proteção Civil / SMPC	184
2.5	Corpos de Bombeiros do distrito de Aveiro	190
2.6	Unidades Hospitalares/Centros de Saúde	198
2.7	Entidades Detentoras dos Corpos de Bombeiros do distrito de Aveiro	201
2.8	Entidades Cooperantes	203
2.9	Organizações Não Governamentais.....	208
2.10	Órgãos de Comunicação Social.....	209
3.	Modelos	213
3.1	Modelos de Relatórios	213
3.2	Modelos de Requisições.....	245
3.3	Modelos de Comunicados	246
4.	Lista de distribuição	250
4.1	Serviços de Proteção Civil.....	250
4.2	Comissão Distrital de Proteção Civil (CDPC) de Aveiro.....	251
4.3	Agentes de Proteção Civil.....	251
4.4	Organismos e Entidades de Apoio	253

Anexos

Anexo I – Cartografia de suporte às operações de emergência de Proteção Civil	256
Anexo II – Programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados e para a garantia da operacionalidade do Plano	296
i. Programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados	297
1. Estratégias gerais	298
2. Estratégias específicas	299
ii. Programa de medidas a implementar para a garantia da manutenção da operacionalidade do Plano	313

Índice de Tabelas

Tabela I 1 - Hierarquização do grau de risco para as ocorrências-tipo definidas.....	27
Tabela II 1– Responsabilidades dos Serviços de Proteção Civil	45
Tabela II.2 – Responsabilidades dos Agentes de Proteção Civil	48
Tabela II.3 – Responsabilidades dos Organismos e Entidades de Apoio	58
Tabela II.4 – Principais características técnicas das pistas do distrito de Aveiro	83
Tabela II.5 – Localização dos Centros de Meios Aéreos e indicação das aeronaves aí estacionadas em 2014.....	84
Tabela II.6 – Outros empreendimentos localizados no distrito	86
Tabela II.7 – Características gerais das principais barragens do distrito de Aveiro	87
Tabela II.8 – Características específicas das principais barragens do distrito de Aveiro	87
Tabela II.9 – Estabelecimentos abrangidos pelo nível superior de perigosidade – Diretiva Seveso	89
Tabela II.10 – Estabelecimentos abrangidos pelo nível inferior de perigosidade – Diretiva Seveso	89
Tabela II.11 – Instalações de agentes de proteção civil e cruz vermelha portuguesa no distrito de Aveiro	92
Tabela II.12 – Localização das Zonas de Receção de Reforços.....	96
Tabela II.13 - Grau de prontidão e de mobilização	100
Tabela II.14 – Mecanismos de notificação operacional às entidades intervenientes	102
Tabela II.15 – Gestão administrativa e financeira	103
Tabela II.16 – Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação	112
Tabela II.17 – Equipas de Avaliação Técnica	114
Tabela II.18 – Apoio logístico às forças de intervenção	116
Tabela II.19 – Apoio logístico às populações.....	120
Tabela II.20 – Comunicações.....	125
Tabela II.21 – Informação pública	131
Tabela II.22 – Confinamento e/ou evacuação	135
Tabela II.23 – Manutenção da ordem pública.....	141
Tabela II.24 – Serviços médicos e transporte de vítimas	146
Tabela II.25 – Apoio psicológico	150
Tabela II.26 – Socorro e salvamento	155
Tabela II.27 – Serviços mortuários.....	159
Tabela III.1 – Veículos dos Corpos de Bombeiros.....	169
Tabela III.2 – Máquinas de Rasto – disponibilidade por município.....	170
Tabela III.3 – Meios das Forças de Segurança	171
Tabela III.4 – Meios da Cruz Vermelha Portuguesa	172
Tabela III.5 – Meios do INEM.....	173
Tabela III.6 – Meios de Vigilância, Detecção e Apoio ao Combate – DECIF- ICNF e outros OEA	174
Tabela III.7 – Alojamento (grande capacidade)	176
Tabela III.8 – Obras Públicas (Máquinas Pesadas).....	176

Índice de Figuras

Figura I.1 Divisão administrativa do distrito de Aveiro por concelhos.....	23
Figura II 1 - Estruturas de direção e coordenação política, estruturas de coordenação institucional e estruturas de comando operacional.	33
Figura II 2 Organização do Posto de Comando Operacional (PCO)	40
Figura II.3 – Articulação de Postos de Comando Operacionais (PCO)	44
Figura II.16 – Diagrama das Zonas de Intervenção.....	94
Figura II.17 – Localização da Zona Receção de Reforços distrital – via marítima.....	97
Figura II.18 – Localização da Zona de Receção de Reforços Internacionais (via aérea)	98
Figura II-19 Diagrama da Rede Rádio Distrital	130

PARTE III – Inventários, Modelos e Listagens

3. **Modelos**

3.1 **Modelos de Relatórios**

Os relatórios destinam-se a permitir a obtenção da informação, resultante da ocorrência, necessária à avaliação da situação, ao planeamento e à conduta das operações de proteção e socorro. Estes compreendem:

- **Relatórios Imediatos de Situação (RELIS):** Estes relatórios englobam os dados fundamentais à avaliação da situação pela estrutura de comando e têm origem nas ERAS e/ou EAT. Os RELIS são enviados ao PCDis, de quatro em quatro horas, podendo ser transmitidos verbalmente ou por fonia através das redes de telecomunicações existentes;
- **Relatórios de Situação Geral ou Especial (RELGER ou RELESP):** Têm origem nos PCMun e PCDis e destinam-se ao PC de escalão superior e às estruturas de coordenação nacionais (CCON e CNPC). Em regra, são apresentados por escrito de seis em seis horas, na fase inicial, sendo a periodicidade progressivamente alargada com o decorrer da evolução da situação. Os RELESP distinguem-se dos RELGER por se destinarem a esclarecer pontos específicos ou setoriais da situação;
- **Relatórios Diários de Situação (REDIS):** São emitidos pelos PCDis, obtida informação dos PCMun e enviados ao CNOS. Estes relatórios são enviados diariamente às 22 horas, pelo modo de transmissão mais expedito para o efeito;
- **Relatórios Finais:** É elaborado pelo CCOD e inclui uma descrição da situação ocorrida e das principais medidas adotadas. Constam também deste relatório as principais lições aprendidas, incluindo os contributos para futuras revisões do plano de emergência.



RELATÓRIO IMEDIATO DE SITUAÇÃO (RELIS)

PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA

ENVIO DEPOIS DO RECONHECIMENTO DAS ERAS OU EAT

Distrito: AVEIRO

Concelho: _____

REL N.º _____ / _____

Data: _____ **Hora:** _____

1. Ocorrência

Natureza

Localização

Área afetada

2. Danos Pessoais

Mortos:

Desaparecidos:

Feridos graves:

Feridos leves:

Desalojados:

Deslocados:

Evacuados:

Soterrados:

3. Danos no Edificado/Infraestruturas

Edifícios	Danos Ligeiros	Danos Graves	Colapsados
Habitacões			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades Hospitalares			
Instalações Policiais			
Estabelecimentos Prisionais			
Instalações Militares			
Quartéis de Bombeiros			
Barragens			
Monumentos			
Mercados / Supermercados			
Igrejas / Locais de Culto			
Lares / Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros: _____			

4. Danos em Vias de Comunicação

Vias	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Rede Viária			
Rede Ferroviária			
Rede Metro			

4. Danos em Vias de Comunicação

Vias	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Pontes / Viadutos / Túneis			
Aeródromos / Heliportos			
Portos / Estações Fluviais			
Outras: _____			

5. Danos em Transportes

Transportes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Rodoviários			
Ferrovitários			
Metro			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Embarcações			
Outros: _____			

6. Danos em Infraestruturas Básicas

Redes	Danos ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Gás			
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica fixa			
Telefónica móvel			

6. Danos em Infraestruturas Básicas

Redes	Danos ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Teledifusão			
Rádiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outra			

7. Outras Informações

Povoações em perigo / isoladas	
Habitações em perigo	
Focos de incêndio	
Movimentação de populações	
Animais isolados	

8. Necessidades

Meios aéreos (especificar)	
Meios terrestres (especificar)	
Telecomunicações (especificar)	
Logística (especificar)	
Outras (especificar)	

O Chefe da Equipa



RELATÓRIO DE SITUAÇÃO GERAL (RELGER)

PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA

ENVIO REGULAR (6 em 6 horas)

Distrito: AVEIRO

Concelho: _____

REL N.º _____ / _____

Data: _____ **Hora:** _____

1. Ocorrência

Natureza

Localização

Área afetada

Concelho(s)

2. Descrição sumária da situação de emergência

3. Danos pessoais

Mortos:

Desaparecidos:

Feridos graves:

Feridos leves:

Desalojados:

Deslocados:

Evacuados:

Soterrados:

4. Danos no Edificado/Infraestruturas

Edifícios	Danos Ligeiros	Danos Graves	Colapsados
Habitações			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades Hospitalares			
Instalações Policiais			
Estabelecimentos Prisionais			
Instalações Militares			
Quartéis de Bombeiros			
Barragens			
Monumentos			
Mercados / Supermercados			
Igrejas / Locais de Culto			
Lares / Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros: _____			

5. Danos em Vias de Comunicação

Vias	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inutilizáveis
Rede Viária			
Rede Ferroviária			
Rede Metro			
Pontes / Viadutos / Túneis			
Aeródromos / Heliportos			
Portos / Estações Fluviais			
Outras: _____			
Outras: _____			

6. Danos em Transportes

Transportes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Rodoviários			
Ferrovieiros			
Metro			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Embarcações			
Outros: _____			
Outros: _____			
Outros: _____			

7. Danos em Infraestruturas Básicas

Redes	Danos Ligeiros	Danos Graves	Inoperacionais
Gás			
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica fixa			
Telefónica móvel			
Teledifusão			
Radiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outra: _____			

8. Situação Operacional

Bombeiros	Homens		DGAM	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Embarcações			Embarcações	
Forças Armadas	Homens		CVP	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Embarcações			Outros	
GNR	Homens		INEM	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Embarcações			Outros	

PSP	Homens		Outros	Homens	
	Veículos			Veículos	
	Outros			Outros	

9. Organização do Teatro de Operações (TO)

Localização do PC	
Localização de ZCR's	
Localização de ZCAP's	
Localização de ZRnM's	
Nº de Setores e Localização	
Id. Cmdts. Setores	

10. Comissões de Proteção Civil reunidas:

Distrital	GDH Convocação	GDH início primeira reunião	Entidades Participantes	Medidas tomadas
Municipais	GDH Convocação	GDH início primeira reunião	Entidades Participantes	Medidas tomadas

11. Centro Coordenação Operacional Distrital (CCOD)

GDH Ativação	GDH início primeira reunião	Entidades Participantes	Medidas tomadas

12. Declaração da Situação de Alerta e/ou Contingência

Concelho/Distrito	
Entidade responsável	
GDH início	
GDH fim	
Descrição da situação	

13. Planos de Emergência de Proteção Civil ativados

Distrital	GDH Ativação	GDH Desativação
Municipais	GDH Ativação	GDH Desativação

14. Outras Informações

Habitações em perigo	
Povoações em perigo e /ou isoladas	
Resumo das ocorrências	
Outras: _____	
Outras: _____	
Outras: _____	

15. Necessidades

Meios aéreos (especificar)	
----------------------------	--

Meios terrestres (especificar)	
Telecomunicações (especificar)	
Logística (especificar)	
Outras (especificar)	

O responsável pelo Posto de Comando



RELATÓRIO DIÁRIO DE SITUAÇÃO (REDIS)
PONTO DE SITUAÇÃO DA EMERGÊNCIA

ENVIO DIÁRIO (às 22 horas)

PCDis: _____

REL N.º _____ / _____

Data: _____ Hora: _____

1. OCORRÊNCIA

Natureza	
Localização	
Área afetada	
Concelho/s	

2. DESCRIÇÃO SUMÁRIA DA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

--

3. DANOS ESTIMADOS

3.1 PESSOAS

	Nº		Nº
Mortos		Desaparecidos	
Feridos Graves		Feridos Leves	
Desalojados		Deslocados	
Evacuados		Soterrados	

Anexo A: - Lista Identificativa de Pessoas Envolvidas

3.2 EDIFICADO/INFRAESTRUTURAS

Tipo	Danos ligeiros	Danos Graves	Colapsados
Habitações			
Escolas			
Unidades Hoteleiras			
Unidades Hospitalares			
Instalações Policiais			
Estabelecimentos Prisionais			
Instalações Militares			
Quartéis de Bombeiros			
Barragens			
Monumentos			
Mercados / Supermercados			
Igrejas / Locais de Culto			
Lares / Infantários			
Unidades Industriais			
Edifícios Públicos			
Outros: _____			
Outros: _____			

Anexo B: - Lista de Edifícios Afetados

3.3 VIAS DE COMUNICAÇÃO

Vias / Meios	Condicionadas	Cortadas	Colapsadas
Rede Viária			
Rede Ferroviária			
Rede Metro			
Pontes / Viadutos / Túneis			
Aeroportos/Aeródromos/Heliportos			
Portos / Estações Fluviais			
Outras: _____			
Outras: _____			

Anexo C: - Lista de Vias de Comunicação Afetadas

3.4 TRANSPORTES / MAQUINARIA

Transportes	Danos ligeiros	Danos Graves	Destruidos
Rodoviários			
Ferrovitários			
Metro			
Aeronaves			
Veículos Particulares			
Embarcações			
Maquinaria			
Outros: _____			

Anexo D: - Lista dos Transportes / Maquinaria Afetados

3.5 INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

Redes	Danos ligeiros	Danos Graves (não operacionais)	Colapsadas (não operacionais)
Gás			
Eletricidade			
Água			
Saneamento			
Telefónica Fixa			
Telefónica Móvel			
Teledifusão			
Radiodifusão			
Internet			
Satélite			
Outra: _____			

Anexo E: - Lista de Redes Afetadas

3.6 ABASTECIMENTOS (Alimentação, Combustíveis, Vestuário, etc)

3.7 AMBIENTE (Acidentes de Poluição, Derrames, Contaminações, etc)

3.8 SAÚDE PÚBLICA

3.8.1 Hospitais / Centros de Saúde

Hospital / Centro de Saúde	Atendidos	Internados	Transferidos

3.8.2 Posto médico avançado / de triagem / de socorro

Estrutura / Local	Atendidos	Internados	Transferidos

3.8.3 Ambulâncias

Entidades	Medicalizáveis	Socorro	Transporte

3.8.4 Evacuação médica especial

Entidades	Helicóptero	Avião	Comboio	Outros

4. INFORMAÇÃO METEOROLÓGICA

Dados	Observada	Prevista
Vento (direção/velocidade)		
Temperatura		
Humidade relativa		
Precipitação		

5. MEIOS ENVOLVIDOS NAS OPERAÇÕES EM CURSO

Entidades	Pessoal	Veículos	Meios Aéreos	Outro material	POC Nome/Função

6. OCORRÊNCIAS ESPECIAIS COM OS MEIOS DE SOCORRO

6.1 DOS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL

6.2 DE OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS

7. REDES DE COMUNICAÇÕES

7.1 PROTEÇÃO CIVIL

7.2 BOMBEIROS

7.3 OUTROS AGENTES DE PROTEÇÃO CIVIL

7.4 OUTRAS ENTIDADES E ORGANISMOS

8. CENTRO COORDENAÇÃO OPERACIONAL DISTRITAL (CCOD)

GDH Ativação	GDH Desativação	GDH início primeira reunião	Entidades Intervinentes	Medidas tomadas

Nota: GDH = DDHHMMmmAA

9. SITUAÇÃO DE ALERTA/CONTINGÊNCIA/CALAMIDADE

Concelho/Distrito	
Entidade responsável	
GDH início	
GDH fim	
Descrição da situação	

Multiplicar esta tabela pelo número de vezes necessárias

10. COMISSÕES DE PROTEÇÃO CIVIL REUNIDAS

Distrital	GDH Convocação	GDH início primeira reunião	Entidades Intervinentes	Medidas tomadas
Municipais	GDH Convocação	GDH início primeira reunião	Entidades Intervinentes	Medidas tomadas

11. PLANOS DE EMERGÊNCIA DE PROTEÇÃO CIVIL ATIVADOS

Distrital	GDH Ativação	GDH Desativação
Municipais	GDH Ativação	GDH Desativação

12. COMUNICAÇÃO SOCIAL

Divulgação de notícias da situação de emergência:

Colaboração nas ações de informação pública:

13. CUSTO ESTIMADO DAS OPERAÇÕES DE SOCORRO

Designação	Custo (€ 1.000)
Pessoal	
Artigos consumidos	
Combustível e Lubrificantes	
Grandes reparações	
Telecomunicações	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	
Outros encargos operacionais	

14. OBSERVAÇÕES

Avaliação	Obs
Comunicações	
Gestão da informação operacional	
Sistema de aviso e alerta	
Sistema de proteção civil	
Ativação das Comissões de Proteção Civil	
Ativação de Planos de Emergência de Proteção Civil	
Situação dos Planos de Emergência de Proteção Civil	
Estrutura organizacional de operações	
Informação pública	

Avaliação	Obs
Necessidade de programas de reparação	
Aspetos particulares relevantes	
Outros	

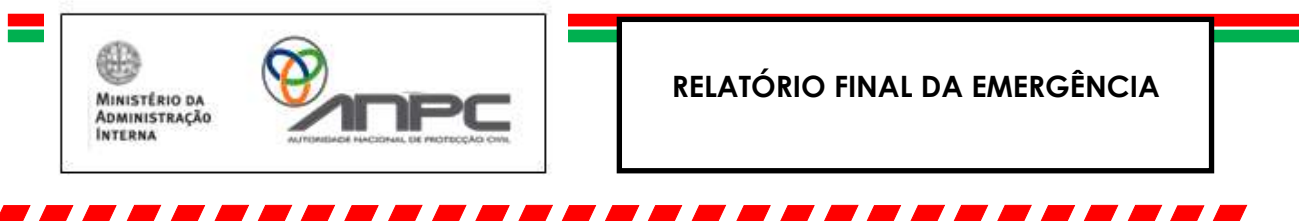
Outros comentários

15. ANEXOS

(Relacionar os anexos incluídos)

Data	Hora	Responsável pelo PCDis

Visto



1. Localização			
Distrito		Freguesia	
Concelho		Localidade/ Lugar	

2. Ocorrência		
Tipo/ Natureza da Ocorrência		
Alerta	GDH	
	Fonte	
Breve descrição/desenvolvimento da ocorrência		
Causa		Observações
Nevões		
Ondas de Calor		
Vagas de Frio		
Ventos Fortes		
Secas		
Cheias e/ou Inundações		
Inundações e Galgamentos Costeiros		
Tsunamis		
Movimentos de Massa em Vertentes		
Destruição de Praias e Sistemas Dunares		
Acidentes Rodoviários		
Acidentes Ferroviários		
Acidentes Fluviais/Marítimos		

2. Ocorrência

Acidentes Aéreos		
Transporte Terrestre de Mercadorias Perigosas		
Acidentes em Infraestruturas Fixas de Transporte de Produtos Perigosos		
Incêndios Urbanos		
Incêndios em Centros Históricos		
Colapso de Túneis, Pontes e Infraestruturas		
Rutura de barragens		
Colapso de Edifícios com Elevada Concentração Populacional		
Emergências Radiológicas		
Incêndios Florestais		
Outra		

3. Meios Intervenientes nas Operações

Entidade	Nº de Operacionais	Nº de Veículos	Outros meios
TOTAL			

4. Eficácia dos Meios de Resposta

Entidade	Eficácia					Observações
	Muito boa	Boa	Satisfa- tória	Pouco eficiente	Nada eficiente	

5. Posto de Comando Distrital

Localização do PCDis		
Apoio Técnico no PCDis	Entidade	Nome
Responsável pelo PCDis	Nome	GDH

6. Danos Humanos							
População		Feridos		Mortos	Eva- cuados	Desa- lojados	Desapa- recidos
		Ligeiro	Grave				
Feminino	Criança (0-12 anos)						
	Jovem (12-18 anos)						
	Adulto (18-65 anos)						
	Idoso (> 65 anos)						
Masculino	Criança (0-12 anos)						
	Jovem (12-18 anos)						
	Adulto (18-65 anos)						
	Idoso (> 65 anos)						
TOTAIS							

7. Danos em Animais			
Espécie	Mortos	Feridos	Observações
TOTAIS			

238

9. Danos em Vias de Comunicação

Tipo de Via	Destruidas	Danificadas	Interrompidas	Observações
AE				
IP				
IC				
EN				
EM				
Ferrovia				
Outros:				
Outros:				

10. Danos em Veículos

Tipo de Veículo	Destruidos	Danificados	Observações
Pesado de mercadorias			
Pesado de passageiros			
Ligeiro de mercadorias			
Ligeiro de passageiros			
Motociclos			
Outros:			
Outros:			
TOTAIS			

11. Danos em Infraestruturas da Rede de Distribuição

Tipo de Rede	Destruidas	Danificadas	Interrompidas	Observações
Rede de água				
Rede de saneamento				
Rede elétrica				

11. Danos em Infraestruturas da Rede de Distribuição

Tipo de Rede	Destruidas	Danificadas	Interrompidas	Observações
Rede de gás				
Rede de distribuição de combustíveis				
Outros:				
Outros:				
Outros:				

12. Danos em Infraestruturas da Rede de Comunicações

Tipo de Rede	Destruidas	Danificadas	Interrompidas	Observações
Serviço de telefone fixo				
Serviço de telefone móvel				
Serviço de telefax				
REPC				
ROB				
Radiocomunicação privada da GNR				
Radiocomunicação privada da PSP				
Radiocomunicação privada do INEM				
Radiocomunicação privada das Forças Armadas				
Radioamadores				
SIRESP				
Internet				
Outras:				
Outras:				

13. Danos Ambientais			
Tipo de Afetação	Quantidade (ha, km, nº)	Local	Observações
Rede hídrica			
Espaços florestais			
Fauna			
Flora			
Outras:			
Outras:			
Outras:			
Outras:			
Outras:			

14. Assistência fornecida à População				
Tipo de Assistência	Quantidade	Requerida por	Fornecida por	Observações
Assistência médica				
Evacuação médica				
Hospitais				
Centros de saúde				
Postos de socorro				
Postos de triagem				
Alimentação/água				
Abrigos				
Alojamento				
Vestuário e agasalhos				
Apoio psicológico				

14. Assistência fornecida à População

Tipo de Assistência	Quantidade	Requerida por	Fornecida por	Observações
Apoio social				
Outros:				
Outros:				

15. Realojamento

Local de Realojamento	Número	Local de Realojamento	Número
TOTAL		TOTAL	

16. Apreciação Global das Operações e da Organização

Descrição	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Constrangimentos
Coordenação institucional			
Comando operacional			
Articulação entre agentes e entidades			
Integração de grupos de reforço e assistência			
Comunicações			
Logística			
Gestão da informação			
Evacuações			
Ordem pública			
Outros			
Outros			
Outros			

17. Ações de Reabilitação

Realizadas (breve descrição)

--

Previstas (breve descrição)

--

18. Estimativa de Custos	
Dano	Custo (euros)
TOTAL	

19. Comentários Finais
Nota: sempre que possível, deverão ser anexas fotografias comprovativas dos danos provocados.

20. Responsável pela Elaboração do Relatório	
Hora e Data	_____
	(Assinatura)

3.2 Modelos de Requisições

As requisições destinam-se a garantir o fornecimento de artigos e bens de consumo.

 <p>MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA</p> <p>ANPC AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL</p>	MODELO DE REQUISIÇÃO
--	-----------------------------

Data: __/__/____

Hora: __ horas __ min

Entidade Requisitada:	
Produto/Equipamento/Serviço:	
Código:	
Quantidade:	

Finalidade:

O responsável,

3.3 Modelos de Comunicados

A divulgação de informação à população poderá ser feita através de comunicados difundidos pela comunicação social (meio mais adequado numa situação de acidente grave ou catástrofe), bem como através de outros meios enumerados em II-4.5. No que se refere aos comunicados, estes deverão ser anunciados em tempo útil e serem claros e concisos, tendo sempre presente o objetivo fundamental de informar e proteger as populações de modo a evitar o pânico entre as mesmas.

3.3.1. Modelo de aviso à população



AVISO À POPULAÇÃO

ANPC/Comando Distrital de Operações de Socorro de Aveiro



DATA E HORA DE EMISSÃO:

DIA/MÊS/ANO | HORA:MIN

AVISO Nº___/201__

OCORRÊNCIA *(indicar o tipo de ocorrência)*

No seguimento de informação recebida de _____ *(indicar a entidade)*
no Comando Distrital de Operações de Socorro (CDOS) de Aveiro da Autoridade
Nacional de Proteção Civil (ANPC), salienta-se:

Para o período compreendido entre _____ e _____ *(indicar se corresponde
ao período da manhã ou da tarde e o dia/mês/ano):*
(Indicar as previsões expectáveis, de acordo com a ocorrência)

Por exemplo:

- Vento – Do quadrante NW com intensidade 40-60km/h no litoral e 50-70km/h nas terras altas, acompanhado de rajadas, que poderão superar os 80km/h no litoral e os 100km/h, nas terras altas;
- Precipitação – moderada contínua (10mm/3h) passando a regime de aguaceiros (10mm/h) e que, pontualmente poderão ser de granizo, nas regiões Norte e Centro;
- Agitação marítima – na costa ocidental de NW a variar entre os 4-6m, podendo a altura máxima chegar aos 8-10m;
- ...

Acompanhe as previsões em _____ *(indicar o sítio da internet)*.

EFEITOS EXPECTÁVEIS

Face à situação acima descrita, poderão ocorrer os seguintes efeitos: *(Indicar os efeitos expectáveis, de acordo com a ocorrência)*

Por exemplo:

- Piso rodoviário escorregadio e eventual formação de lençóis de água ou acumulação de neve ou gelo;

- Possibilidade de cheias rápidas em meio urbano, por acumulação de águas pluviais ou insuficiências dos sistemas de drenagem;
- Possibilidade de inundação por transbordo de linhas de água nas zonas historicamente mais vulneráveis;
- Inundações de estruturas urbanas subterrâneas com deficiências de drenagem;
- Danos em estruturas montadas ou suspensas;
- Possíveis acidentes na orla costeira;
- Danos em estruturas junto à orla costeira;
- ...

MEDIDAS PREVENTIVAS

A ANPC/CDOS recorda que **o eventual impacto destes efeitos pode ser minimizado, sobretudo através da adoção de comportamentos adequados**, pelo que, e em particular nas zonas historicamente mais vulneráveis, se recomenda a observação e divulgação das principais medidas de autoproteção para estas situações, nomeadamente: *(Indicar os efeitos expectáveis, de acordo com a ocorrência)*

Por exemplo:

- Garantir a desobstrução dos sistemas de escoamento das águas pluviais e retirada de inertes e outros objetos que possam ser arrastados ou criem obstáculos ao livre escoamento das águas;
- Adotar uma condução defensiva, reduzindo a velocidade e tendo especial cuidado com a possível acumulação de neve e formação de lençóis de águas nas vias;
- Não atravessar zonas inundadas, de modo a precaver o arrastamento de pessoas ou viaturas para buracos no pavimento ou caixas de esgoto abertas;
- Garantir uma adequada fixação de estruturas soltas, nomeadamente, andaimes, placards e outras estruturas suspensas;
- Ter especial cuidado na circulação e permanência junto de áreas arborizadas, estando atento para a possibilidade de queda de ramos e árvores, em virtude de vento mais forte;
- ...

3.3.2. Modelo de comunicado de ponto de situação e evolução de ocorrências



COMUNICADO DE PONTO DE SITUAÇÃO

COMUNICADO Nº _____

DIA/MÊS/ANO | HORA:MIN

Informa-se que se verificou a _____ (indicar a data e a hora em que se verificou a ocorrência), em _____ (indicar o local da ocorrência), uma _____ (indicar a ocorrência ou a evolução da ocorrência, de acordo com o comunicado). Esta ocorrência provocou, conforme dados provisórios, _____ (indicar o número de feridos, vítimas ou danos materiais). Foram destacados para o local/encontram-se no local _____ (indicar os agentes de proteção civil/organismos e entidades de apoio intervenientes nas operações, os veículos e equipamentos utilizados), estando interditas as seguintes vias _____ (locais de acesso interdito ou restrito). Informa-se ainda que as Zonas de Concentração e Apoio à População localizam-se em _____ (indicar o local das ZCAP's).

Recomenda-se à população especial atenção às medidas de autoproteção/regras de evacuação/confinamento, _____ (indicar de acordo com o caso) e ter em conta as ordens das autoridades territorialmente competentes, mantendo-se atento ao desenvolvimento da situação.

Previsão do próximo comunicado:

Data: __/__/____

Hora: __ horas __ min

ANPC/ CDOS de Aveiro

4. Lista de distribuição

4.1 Serviços de Proteção Civil

Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC)
ANPC – Comandante do Agrupamento Distrital do Centro Norte
ANPC – Comando Distrital de Operações de Socorro de Aveiro (CDOS Aveiro)
ANPC – Comando Distrital de Operações de Socorro de Coimbra (CDOS Coimbra)
ANPC – Comando Distrital de Operações de Socorro de Coimbra (CDOS Porto)
ANPC – Comando Distrital de Operações de Socorro de Coimbra (CDOS Viseu)
ANPC – Comando Distrital de Operações de Socorro de Coimbra (CDOS Guarda)
ANPC – Comando Nacional de Operações de Socorro (CNOS)
Câmara Municipal da Murtosa
Câmara Municipal de Águeda
Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha
Câmara Municipal de Anadia
Câmara Municipal de Arouca
Câmara Municipal de Aveiro
Câmara Municipal de Castelo de Paiva
Câmara Municipal de Espinho
Câmara Municipal de Estarreja
Câmara Municipal de Ílhavo
Câmara Municipal de Mealhada
Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis
Câmara Municipal de Oliveira do Bairro
Câmara Municipal de Ovar
Câmara Municipal de Santa Maria da Feira
Câmara Municipal de São João da Madeira
Câmara Municipal de Sever do Vouga
Câmara Municipal de Vagos
Câmara Municipal de Vale de Cambra

4.2 Comissão Distrital de Proteção Civil (CDPC) de Aveiro³⁶

Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Baixo Vouga
Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
Centro Distrital de Aveiro do ISS, I.P – Instituto da Segurança Social, I.P.
Delegação Distrital de Aveiro da Polícia Judiciária
GMLF do Baixo Vouga do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P
Delegação Regional de Aveiro do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Centro do ICNF
Direção-geral dos Estabelecimentos Escolares- Direção de Serviços da Região Centro
IAPMEI – Sede Social (Porto)
Liga dos Bombeiros Portugueses- Federação dos Bombeiros do Distrito de Aveiro
Ministério dos Negócios Estrangeiros
Ministro Adjunto
Ministério da Presidência e Modernização Administrativa
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Ministério das Finanças - Direção de Finanças de Aveiro

4.3 Agentes de Proteção Civil

Corpos de Bombeiros	CB Águeda
	CB Albergaria-a-Velha
	CB Anadia
	CB de Arouca
	CB de Arrifana
	CB Aveiro/Velhos
	CB Aveiro/Novos
	CB de Castelo de Paiva
	CB de Esmoriz
	CB de Espinho
	CB de Espinhenses

³⁶ Apenas constam as entidades não referidas nas restantes tabelas desta lista

	CB de Estarreja
	CB de Fajões
	CB de Ílhavo
	CB de Lourosa
	CB de Mealhada
	CB de Murtosa
	CB de Oliveira de Azeméis
	CB de Oliveira do Bairro
	CB de Ovar
	CB da Pampilhosa
	CB de Santa Maria da Feira
	CB de São João da Madeira
	CB de Sever do Vouga
	CB de Vagos
	CB de Vale de Cambra
Corpos de Bombeiros Privativos	CBP Nestlé
	CBP da Portucel
	CBP Universal Motors
	CPB Vista Alegre
GNR	Comando Territorial de Aveiro
PSP	Comando Distrital de Aveiro
Forças Armadas	EMGFA
AM/PM	Capitania do Porto de Aveiro
	Capitania do Porto do Douro
	Comando local da Polícia Marítima (Aveiro e Porto)
Autoridade Nacional da Aviação Civil	
Instituto Nacional de Emergência Médica	
Sapadores Florestais	

4.4 Organismos e Entidades de Apoio³⁷

Administração do Porto de Aveiro, SA
AEDL (Autoestradas do Douro Litoral)
AFOCELCA
Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Baixo Mondego III
Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Baixo Vouga II
Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Baixo Vouga III
Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Entre Douro e Vouga II - Aveiro Norte
Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Entre o Douro e Vouga I - Feira / Arouca
Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Grande Porto IX Espinho / Gaia
Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) Tâmega II - Vale Sousa Sul
Agrupamento de Centros de Saúde ACES Baixo Vouga I
Águas da Região de Aveiro, SA (ADRA)
Águas do Centro Litoral, SA
Águas do Norte, SA
ASCENDI
Associação Florestal de Entre Douro e Vouga
Associação Florestal do Baixo Vouga
Associação Florestal do Vale do Sousa
Associações Humanitárias de Bombeiros do distrito de Aveiro
BALDIVEIRO – Secretariado dos Baldios do Distrito de Aveiro
Brisa - Autoestradas de Portugal S. A
Cáritas Portuguesa (Cáritas Diocesana de Aveiro)
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro- CCDRC
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte- CCDRN
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga EPE
Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E
Centro Hospitalar do Baixo Vouga EPE
Centro Hospitalar Vila Nova de Gaia/Espinho, E.P.E
Cooperativa Agrícola de Sanfins, CRL

³⁷ Que não integram a CDPC

CP – Comboios de Portugal, SA
Corpo Nacional de Escutas (CNE) – Junta Regional de Aveiro
Cruz Vermelha Portuguesa – Plataforma Regional N.º 2
CTT – Correios de Portugal, S.A.
Delegação Regional de Cultura do Centro
EDP- Energias de Portugal, S.A
Infraestruturas de Portugal, S.A
Instituições Particulares de Solidariedade Regional (IPSS- União Distrital de Aveiro)
Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) – Delegação Distrital de Aveiro
Instituto dos Registos e do Notariado (IRN)
Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, SA
MEO-Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A
Ministério Público : Procuradoria da Comarca de Aveiro
Ministério Público: Procuradoria-Geral Distrital do Porto
NOS Comunicações
Organização de Radioamadores – Rede dos Emissores Portugueses
Órgãos de Comunicação Social do Distrito de Aveiro
PT Portugal, SGPS, S.A
Rede Elétrica Nacional (REN)
Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança (SIRESP)
União das Misericórdias Portuguesas (Secretariado Regional de Aveiro)
Universidade de Aveiro
Vodafone

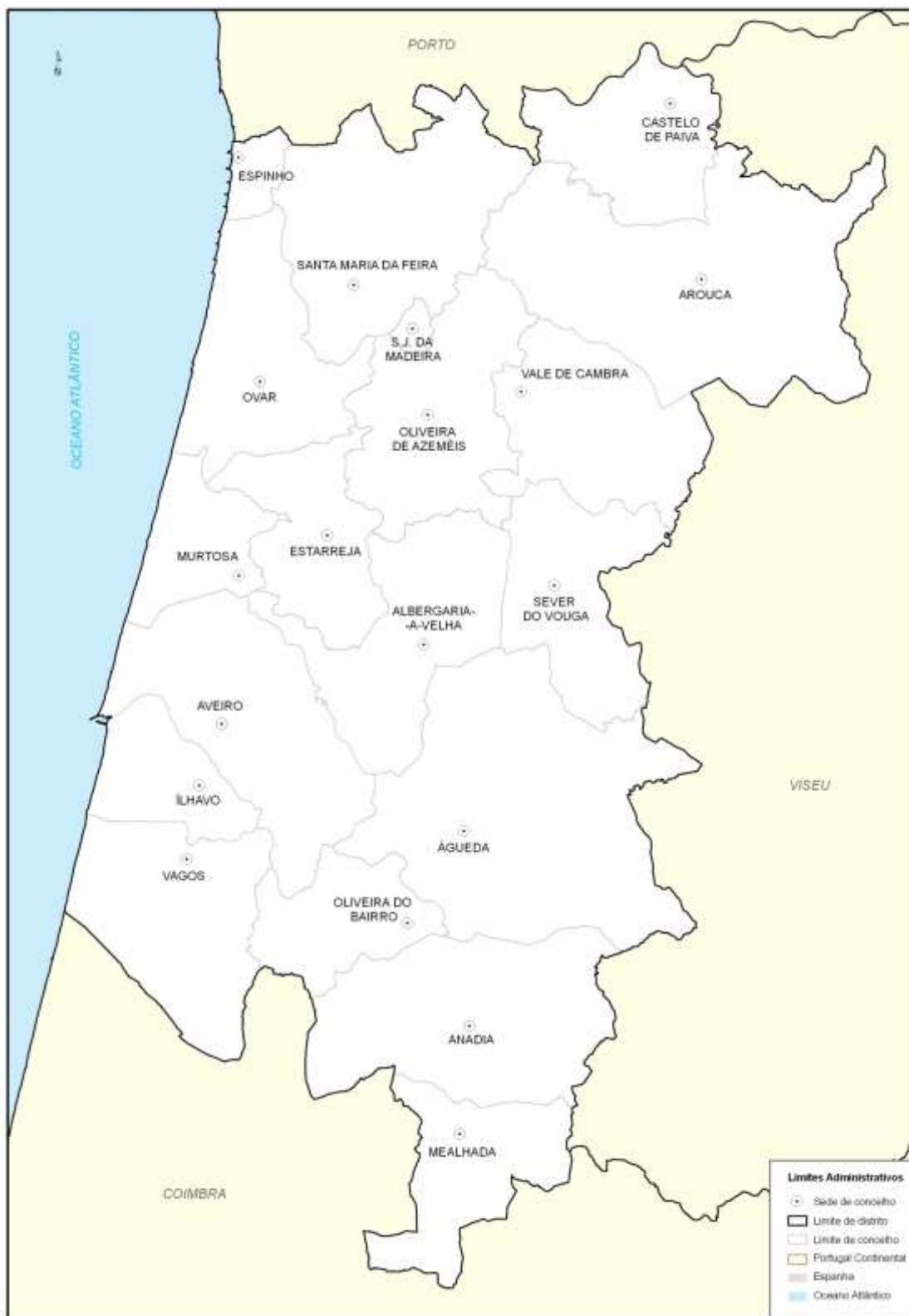
ANEXOS

Anexo I – Cartografia de suporte às operações de emergência de Proteção Civil

Índice de Cartas

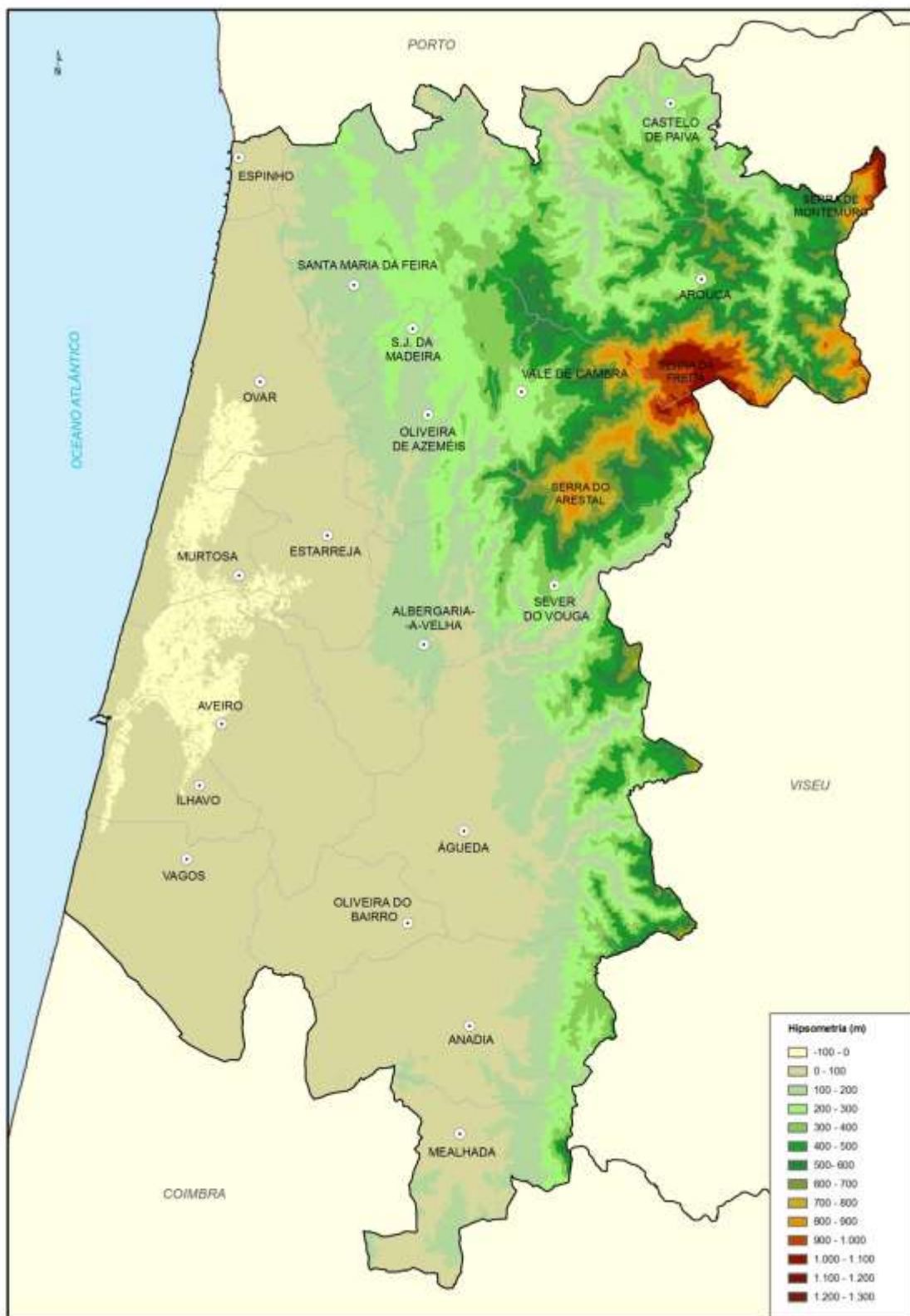
Carta 1- Divisão administrativa do distrito de Aveiro por concelhos	258
Carta 2 – Hipsometria do distrito de Aveiro	259
Carta 3 – Declives do distrito de Aveiro	260
Carta 4 – Bacias, sub-bacias hidrográficas e rede hidrográfica compreendida no distrito de Aveiro .	261
Carta 5 – População residente no distrito de Aveiro (2011)	262
Carta 6 – Número de edifícios por concelho	263
Carta 7 – Estrutura rodoviária do distrito de Aveiro	264
Carta 8 – Rede ferroviária presente no distrito de Aveiro	265
Carta 9 – Pontes, túneis e viadutos	266
Carta 10 – Portos, marinas, cais fluviais e porto comercial no distrito de Aveiro	267
Carta 11 – Infraestruturas aeroportuárias do distrito de Aveiro	268
Carta 12 – Redes de Radiocomunicações da ANPC.....	269
Carta 13 – Rede de Telecomunicações no distrito de Aveiro	270
Carta 14 – Infraestruturas hidráulicas dos sistemas de abastecimento em “Alta” existentes no distrito de Aveiro	271
Carta 15 – Barragens compreendidas no distrito de Aveiro	272
Carta 16 – Rede de transporte de eletricidade e Centros produtores de energia elétrica	273
Carta 17 – Subestações e Postos de Corte da Rede Elétrica	274
Carta 18 – Estruturas fixas de transporte de gás natural e de outras matérias perigosas.....	275
Carta 19 – Postos de abastecimento de combustível.....	276
Carta 20 – Estabelecimentos abrangidos pelo nível superior e inferior de perigosidade – Diretiva Seveso	277
Carta 21 – Áreas industriais	278
Carta 22 – Agentes de Proteção Civil - instalações dos corpos de bombeiros e sapadores florestais	279
Carta 23 – Agentes de Proteção Civil - instalações das forças de segurança, autoridade marítima e forças armadas	280
Carta 24 – Agentes de Proteção Civil e Entidades de Apoio – hospitais, centros de saúde, e Cruz Vermelha Portuguesa	281
Carta 25 – Edifícios de utilização coletiva – estabelecimentos de ensino.....	282
Carta 26 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas desportivas	283
Carta 27 – Edifícios e locais de utilização coletiva – infraestruturas turísticas.....	284
Carta 28 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas de lazer, culturais e comerciais.....	285
Carta 29 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas empresariais e estabelecimentos prisionais.....	286
Carta 30 – Edifícios de utilização coletiva – locais de culto.....	287
Carta 31 – Outras infraestruturas – ANPC e entidades e instituições governamentais	288
Carta 32 – Outras infraestruturas – entidades de justiça e segurança.....	289
Carta 33 – Outras infraestruturas – património cultural	290

Carta 34 – Outras infraestruturas – armazéns de alimentos e grandes lojas.....	291
Carta 35 – Outras infraestruturas – restauração.....	292
Carta 36 – Outras infraestruturas – farmácias e centros de enfermagem.....	293
Carta 37 – Outras infraestruturas – plataformas logística	294
Carta 38 – Outras infraestruturas – rede de postos de vigia e rede de pontos de água	295



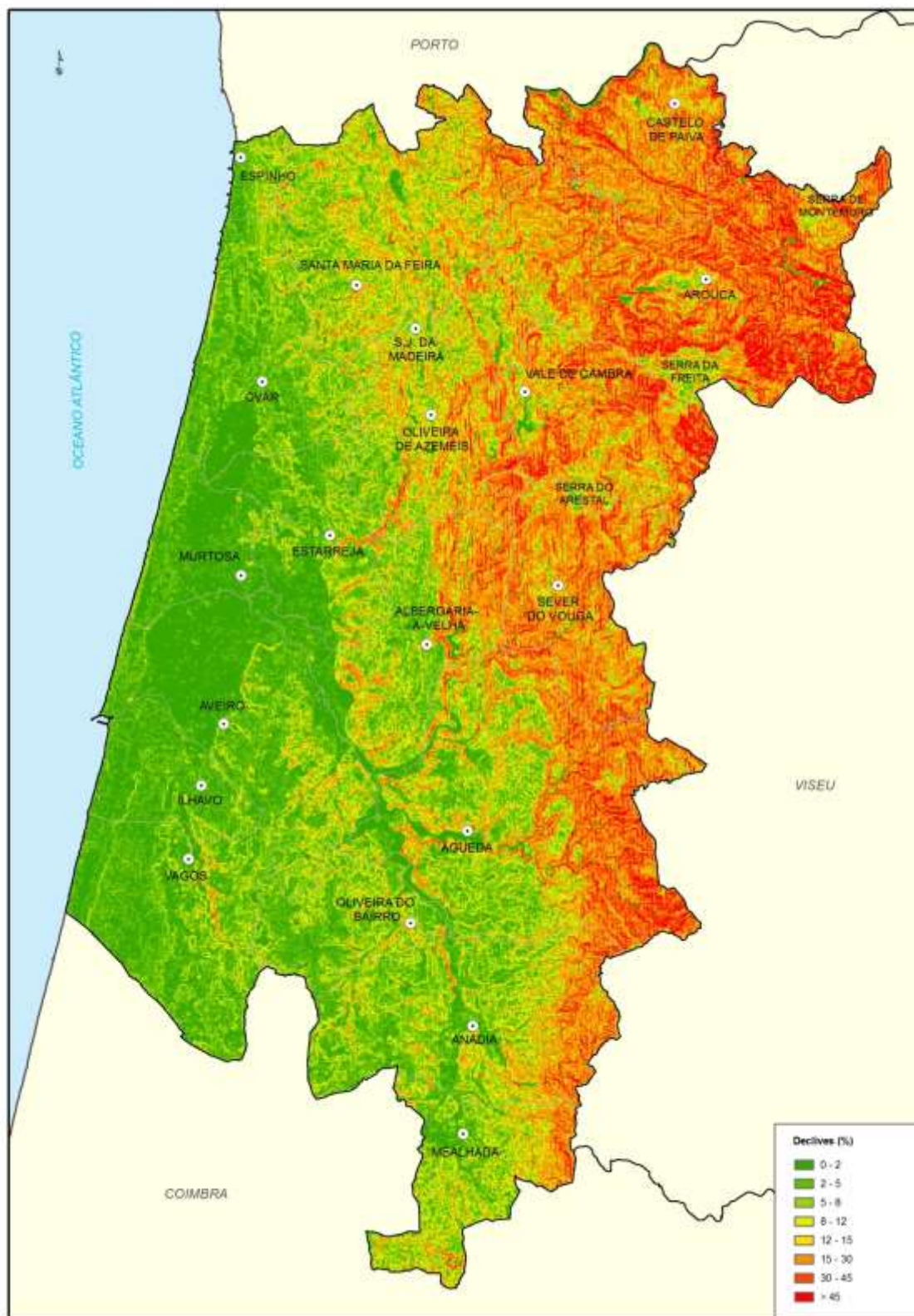
Carta 1- Divisão administrativa do distrito de Aveiro por concelhos

(fonte: CAOP - DGT, 2013)



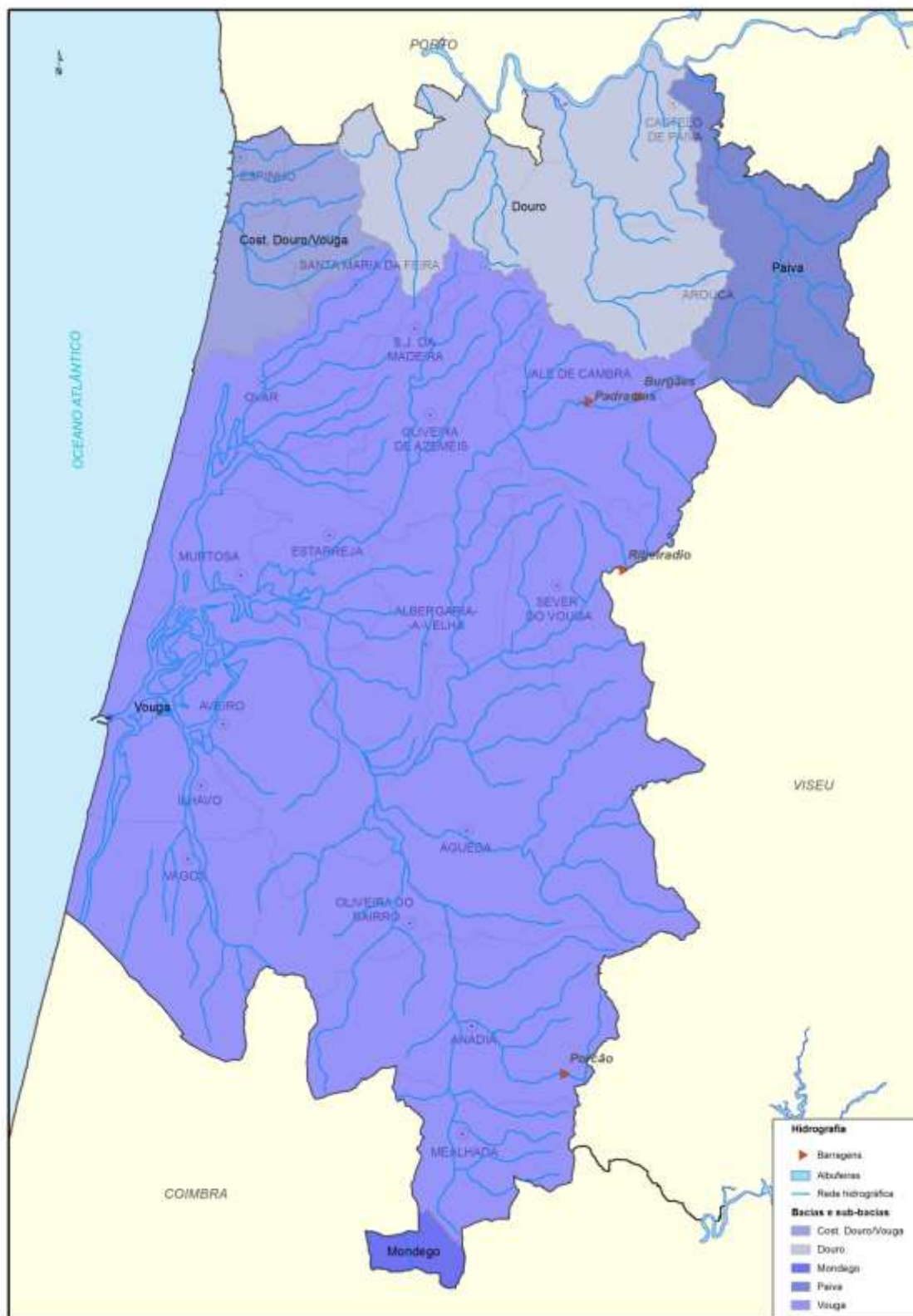
Carta 2 – Hipsometria do distrito de Aveiro

(fonte: USGS, 2005)

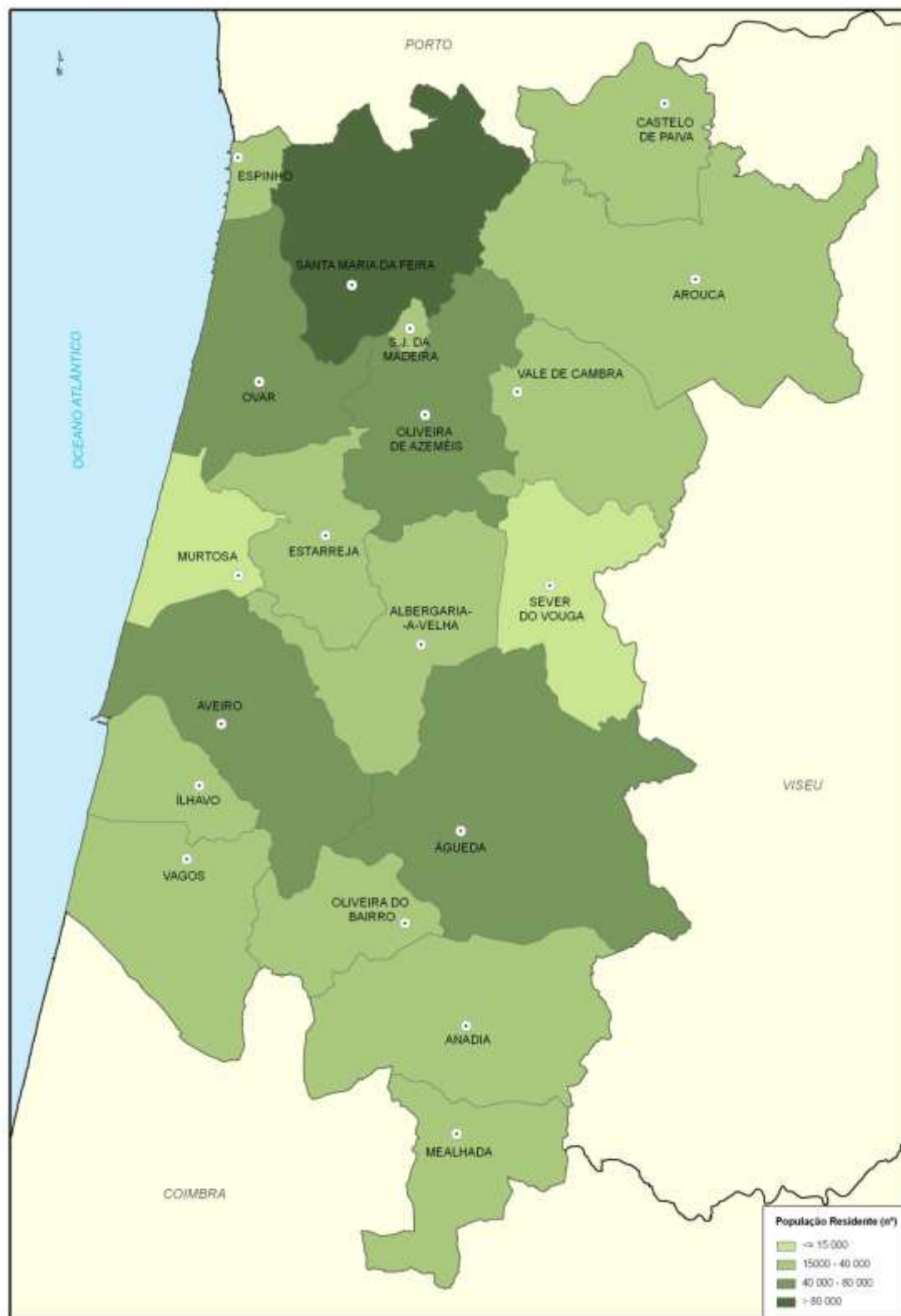


Carta 3 – Declives do distrito de Aveiro

(fonte: USGS, 2005)



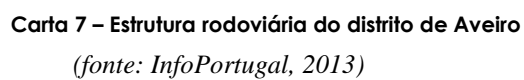
Carta 4 – Bacias, sub-bacias hidrográficas e rede hidrográfica compreendida no distrito de Aveiro
 (fonte: CAOP – DGT, 2013; InterSIG – INAG, 2010)



Carta 5 – População residente no distrito de Aveiro (2011)
(fonte: INE - Recenseamento da População e Habitação, 2011)

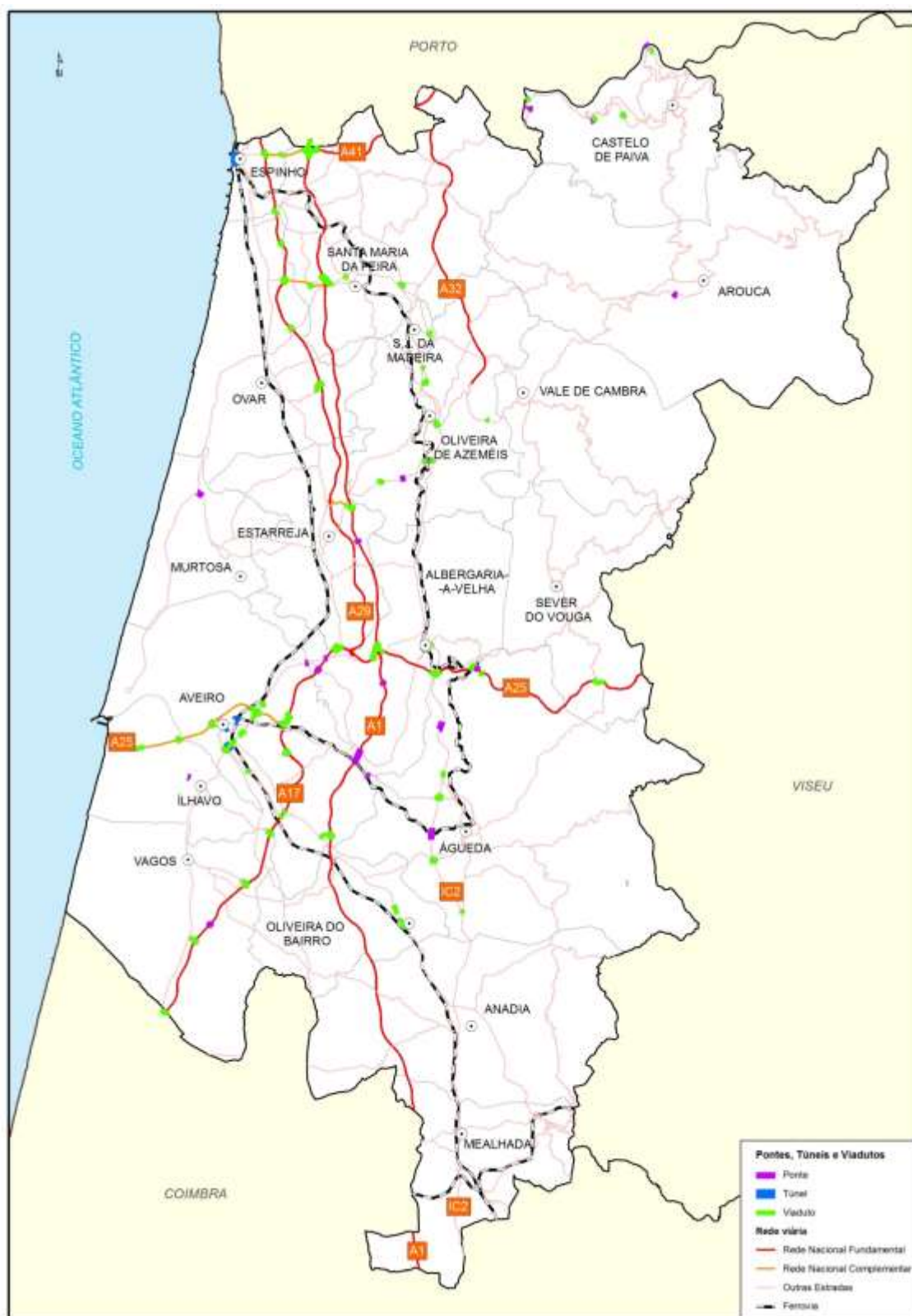


Carta 6 – Número de edifícios por concelho
(fonte: INE – Censos, 2011)

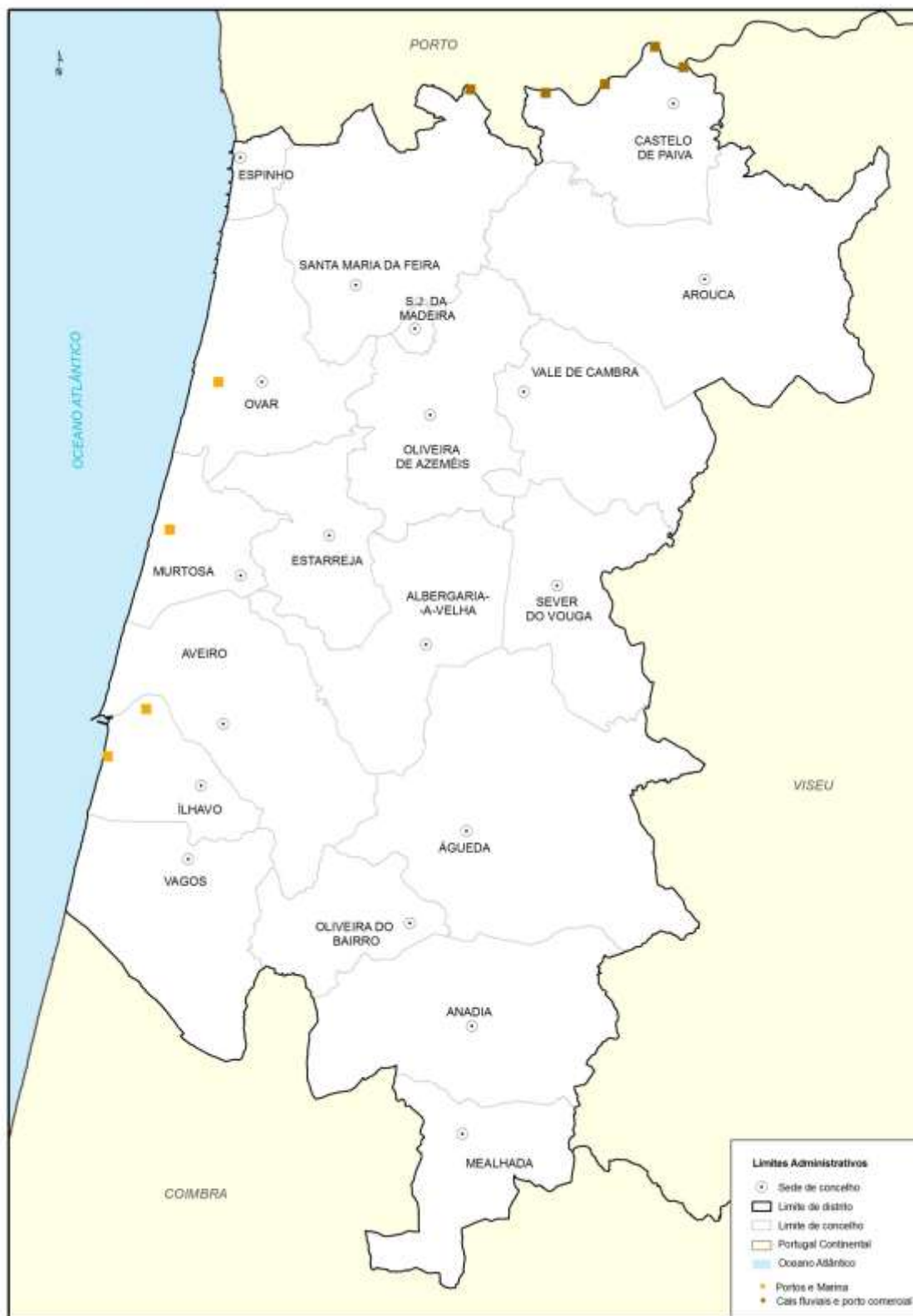




Carta 8 – Rede ferroviária presente no distrito de Aveiro
 (fonte: InfoPortugal, 2013; ex-REFER, 2014)

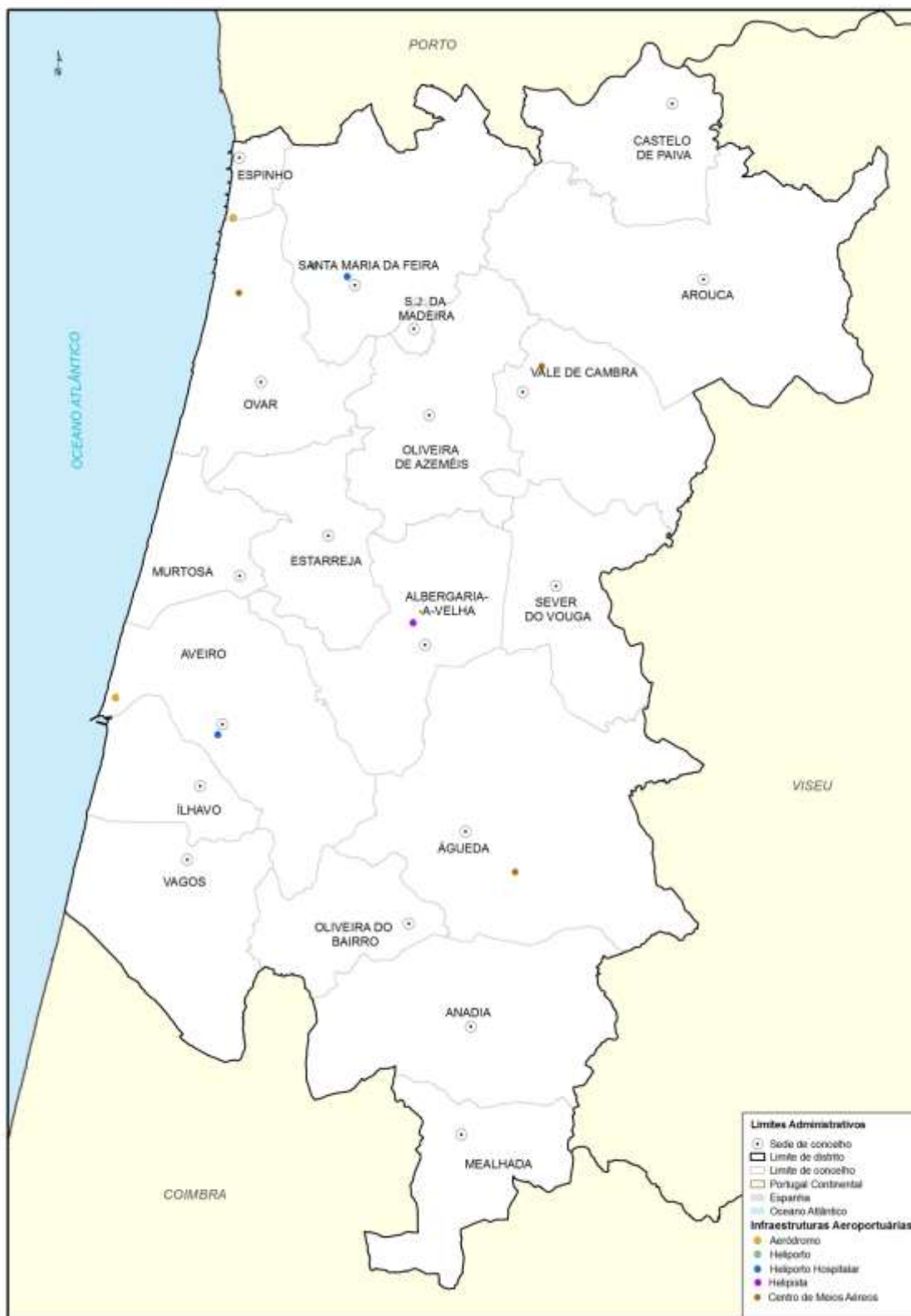


Carta 9 – Pontes, túneis e viadutos
(fonte: InfoPortugal, 2013 e Navteq, 2008)



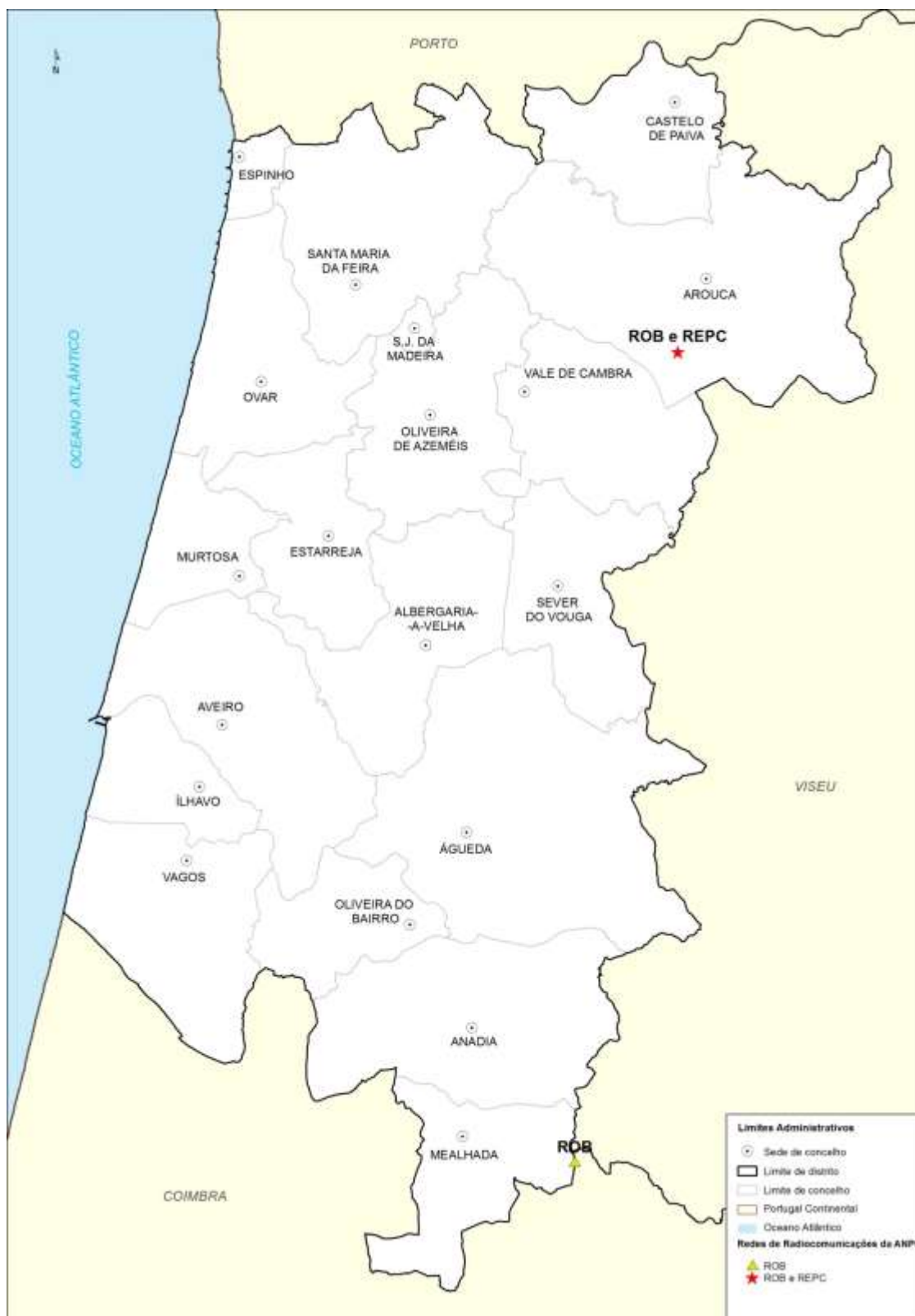
Carta 10 – Portos, marinas, cais fluviais e porto comercial no distrito de Aveiro

(fonte: ANPC, 2011; InfoPortugal, 2013; Portal do Mar, 2014; IPTM-Delegação do Norte e Douro, 2014)

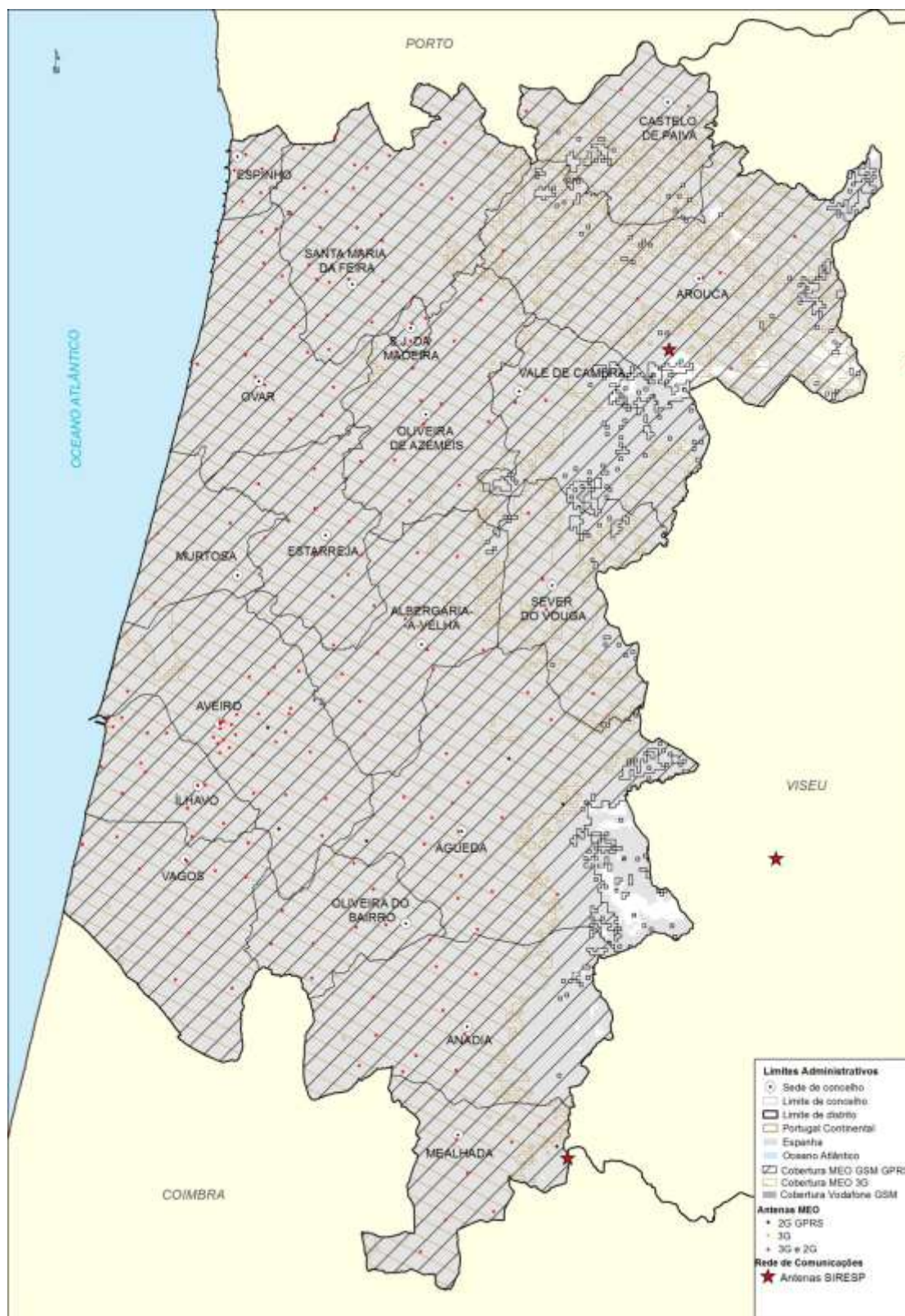


Carta 11 – Infraestruturas aeroportuárias do distrito de Aveiro

(fonte: INAC, 2011; ANPC, 2014)

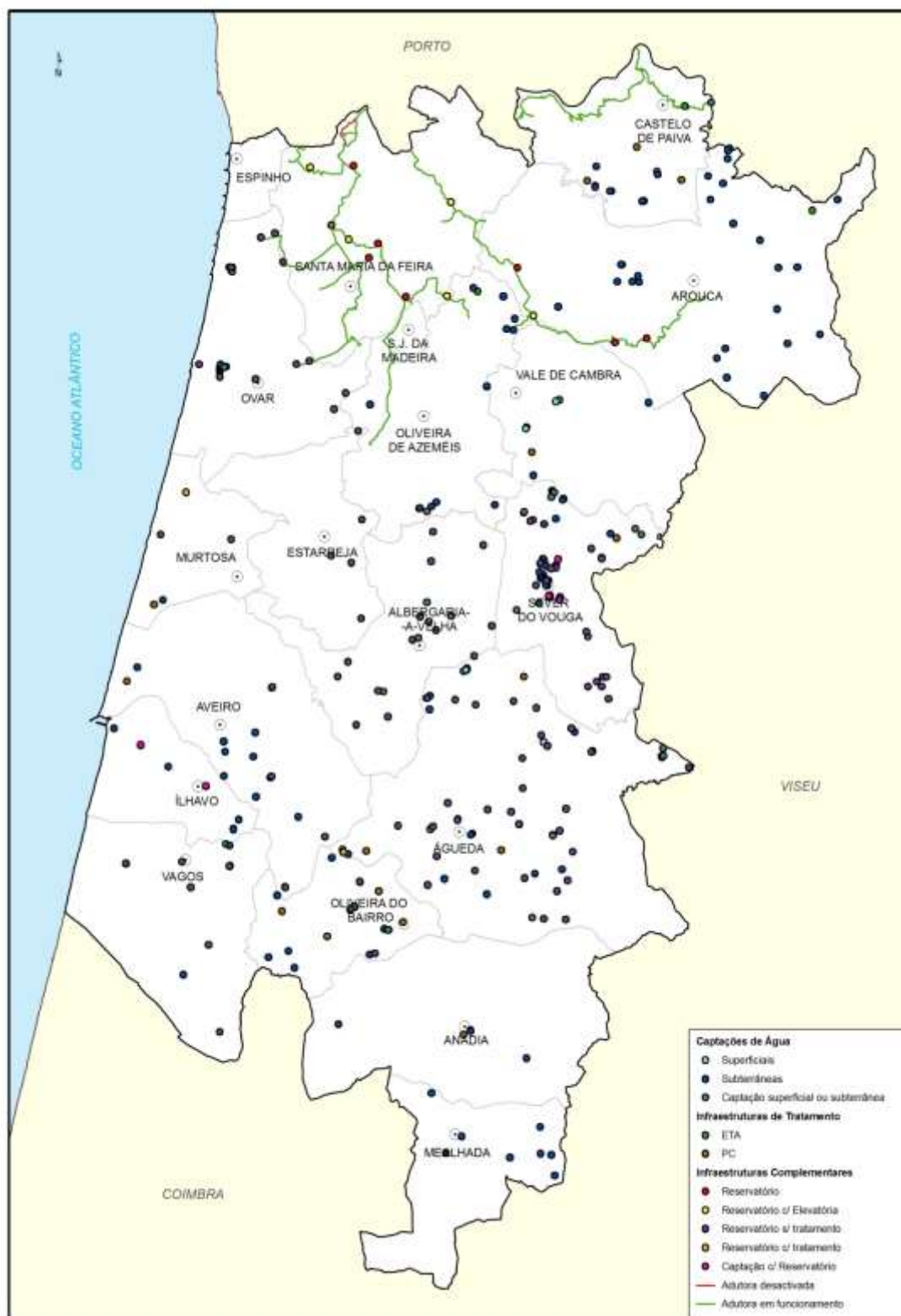


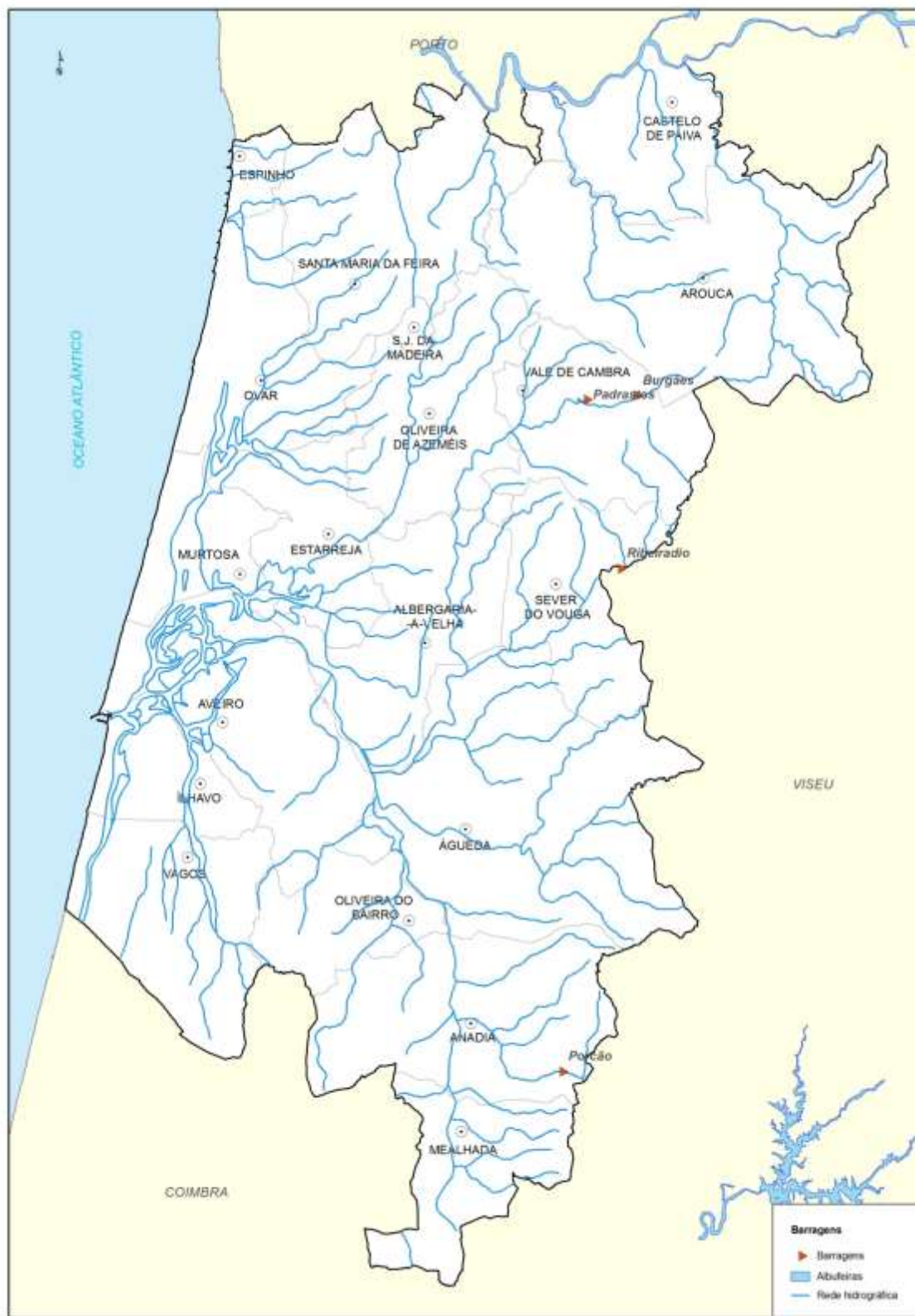
Carta 12 – Redes de Radiocomunicações da ANPC
 (fonte: ANPC, 2014)



Carta 13 – Rede de Telecomunicações no distrito de Aveiro

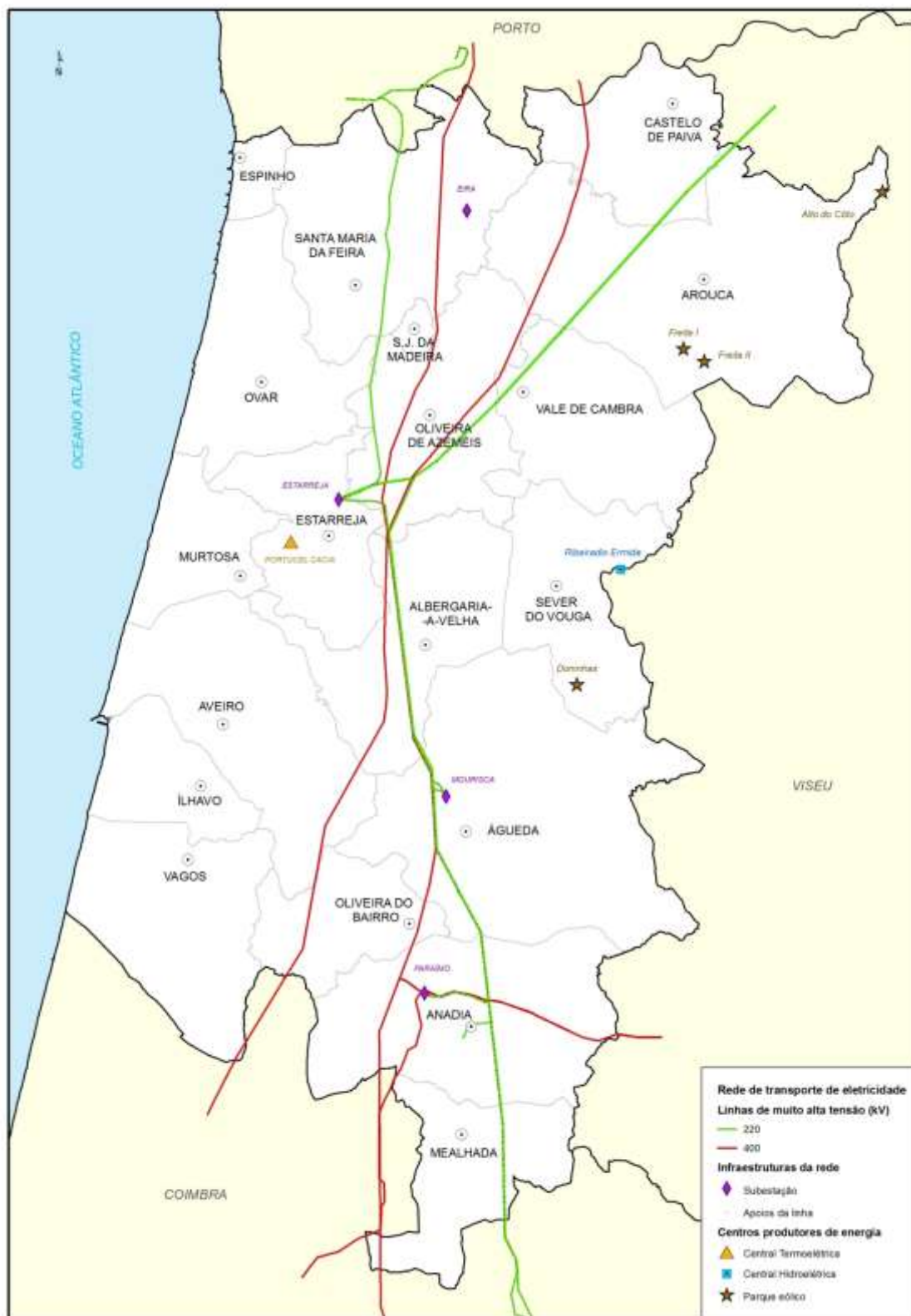
(fonte: ANPC, 2011 e 2013)



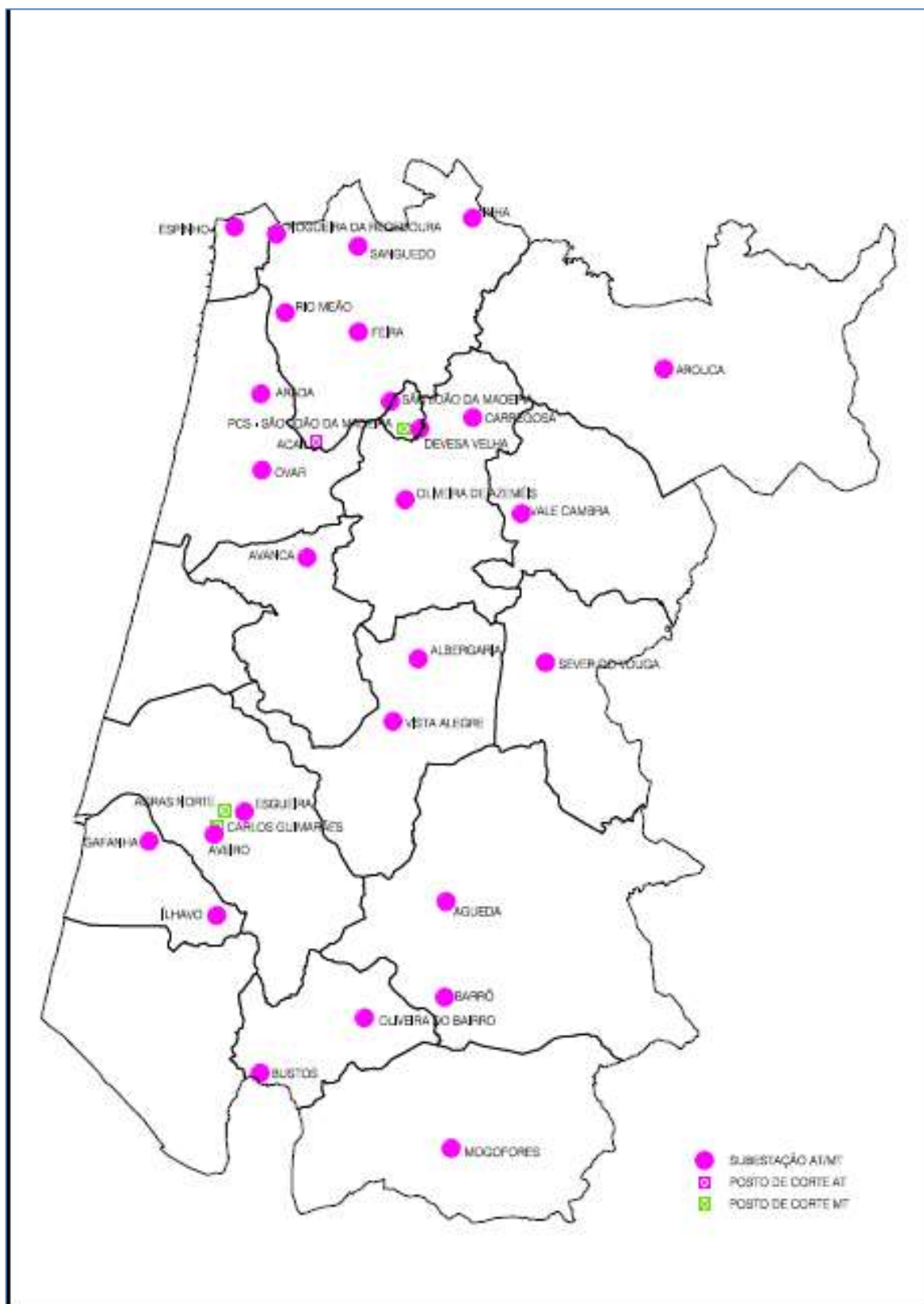


Carta 15 – Barragens compreendidas no distrito de Aveiro

(fonte: CNPGB – INAG, 1992; InterSIG – INAG, 2010; Open street map)



Carta 16 – Rede de transporte de eletricidade e Centros produtores de energia elétrica
 (fonte: REN, 2012a; REN, 2014; EDP, 2014; INEGI, 2014; ANPC, 2013; CNPGB, 1992; DRAPC, 2014; EDP, 2008)

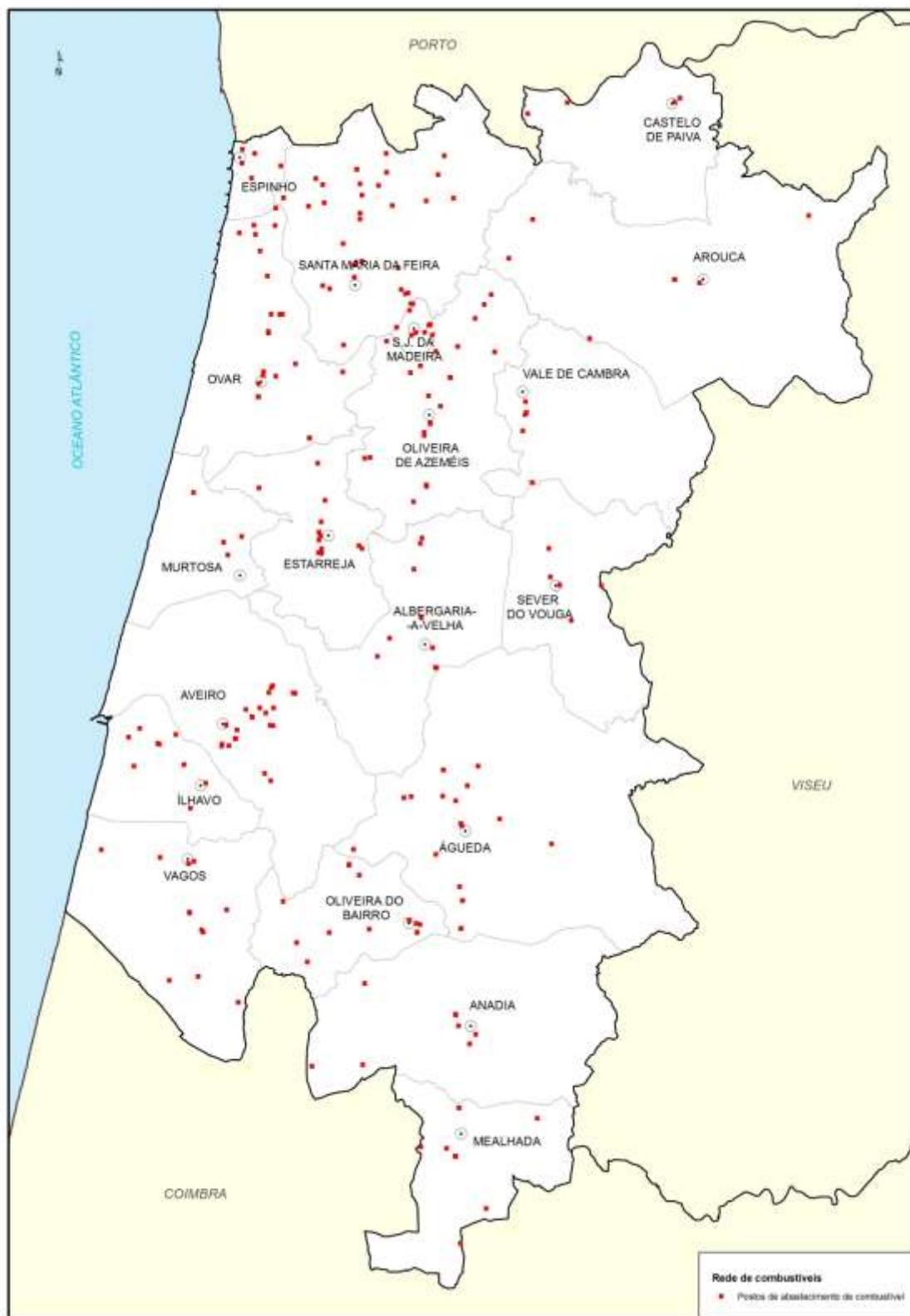


Carta 17 – Subestações e Postos de Corte da Rede Elétrica

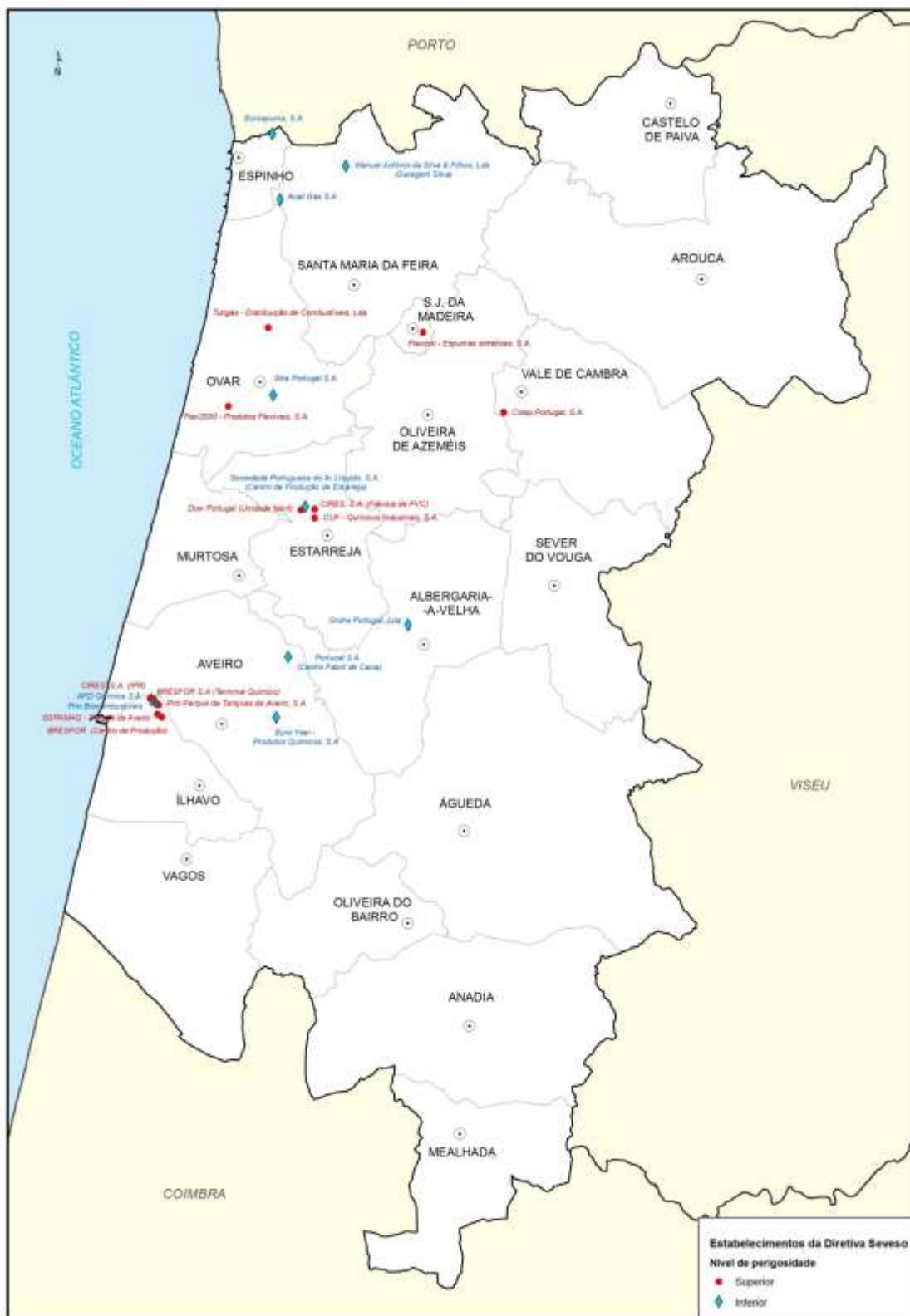
(fonte: EDP, 2015)



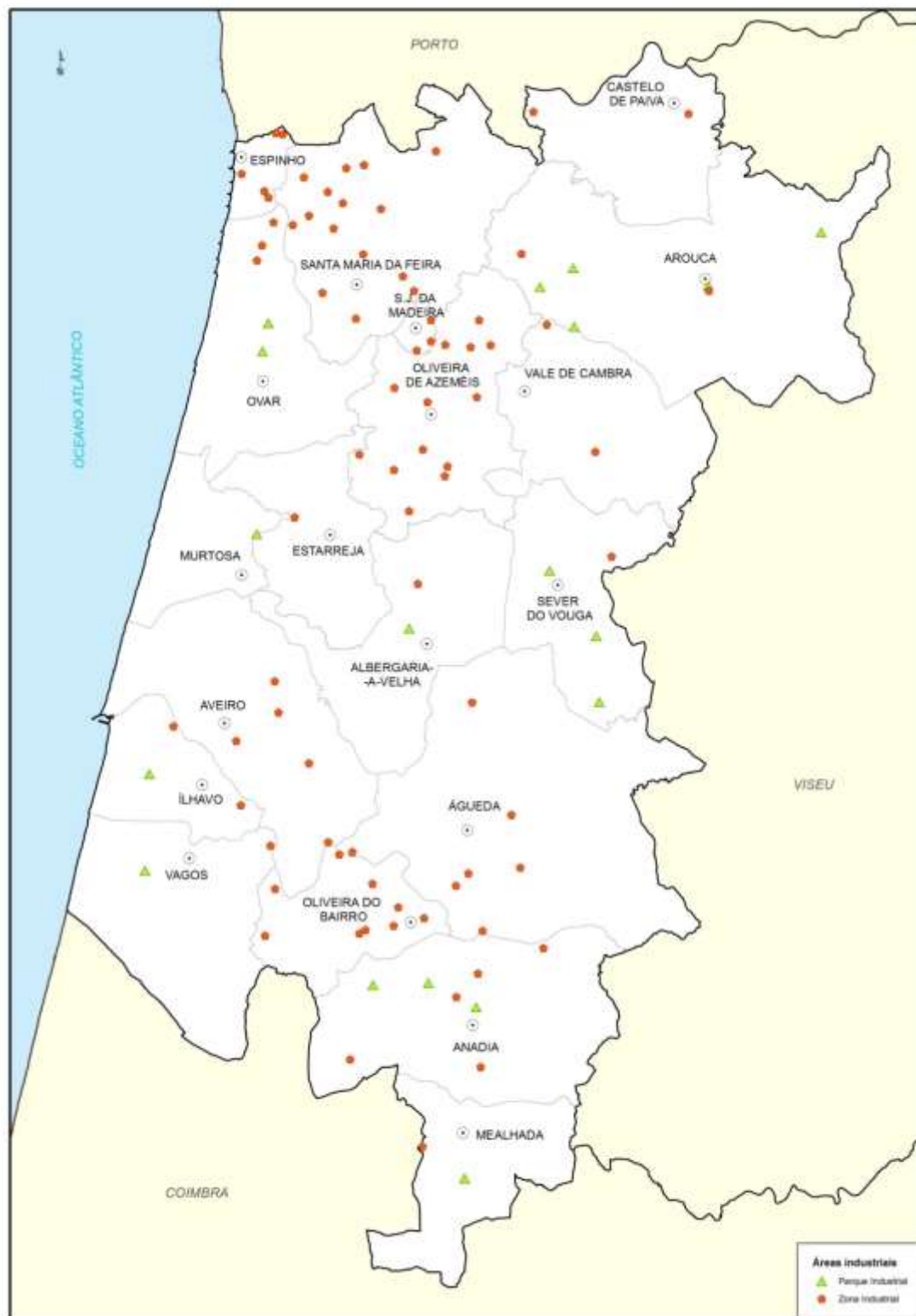
Carta 18 – Estruturas fixas de transporte de gás natural e de outras matérias perigosas
(fonte: REN, 2012b e CDOS de Aveiro, 2013)



Carta 19 – Postos de abastecimento de combustível
 (fonte: DGEG, 2014)

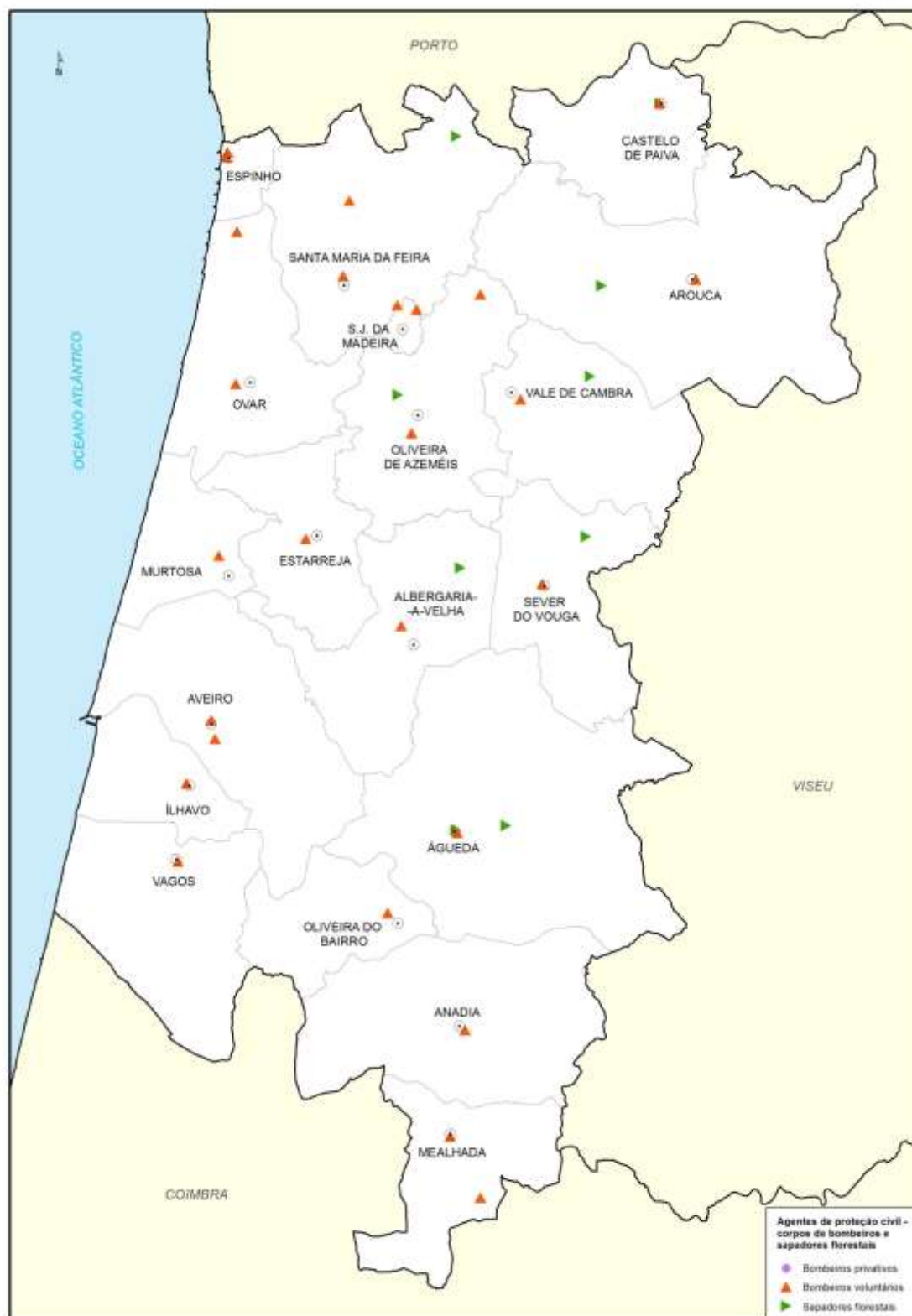


Carta 20 – Estabelecimentos abrangidos pelo nível superior e inferior de perigosidade – Diretiva Seveso
(fonte: APA, 2013)

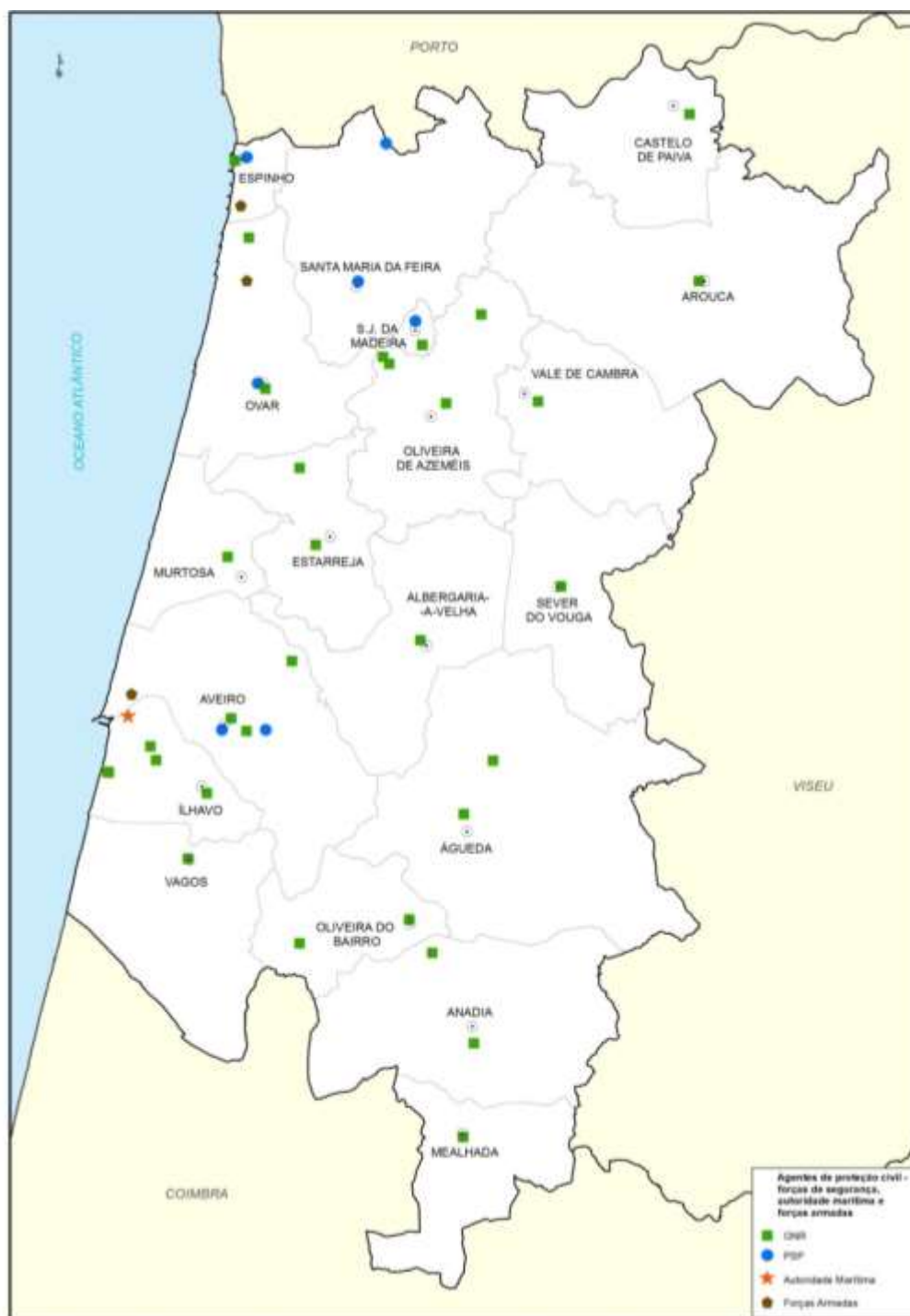


Carta 21 – Áreas industriais

(fonte: InfoPortugal, 2013; ETOPS - CDOS de Aveiro, 2011; CDOS de Aveiro, 2014; Digitalização própria a partir do Google Earth, 2014)



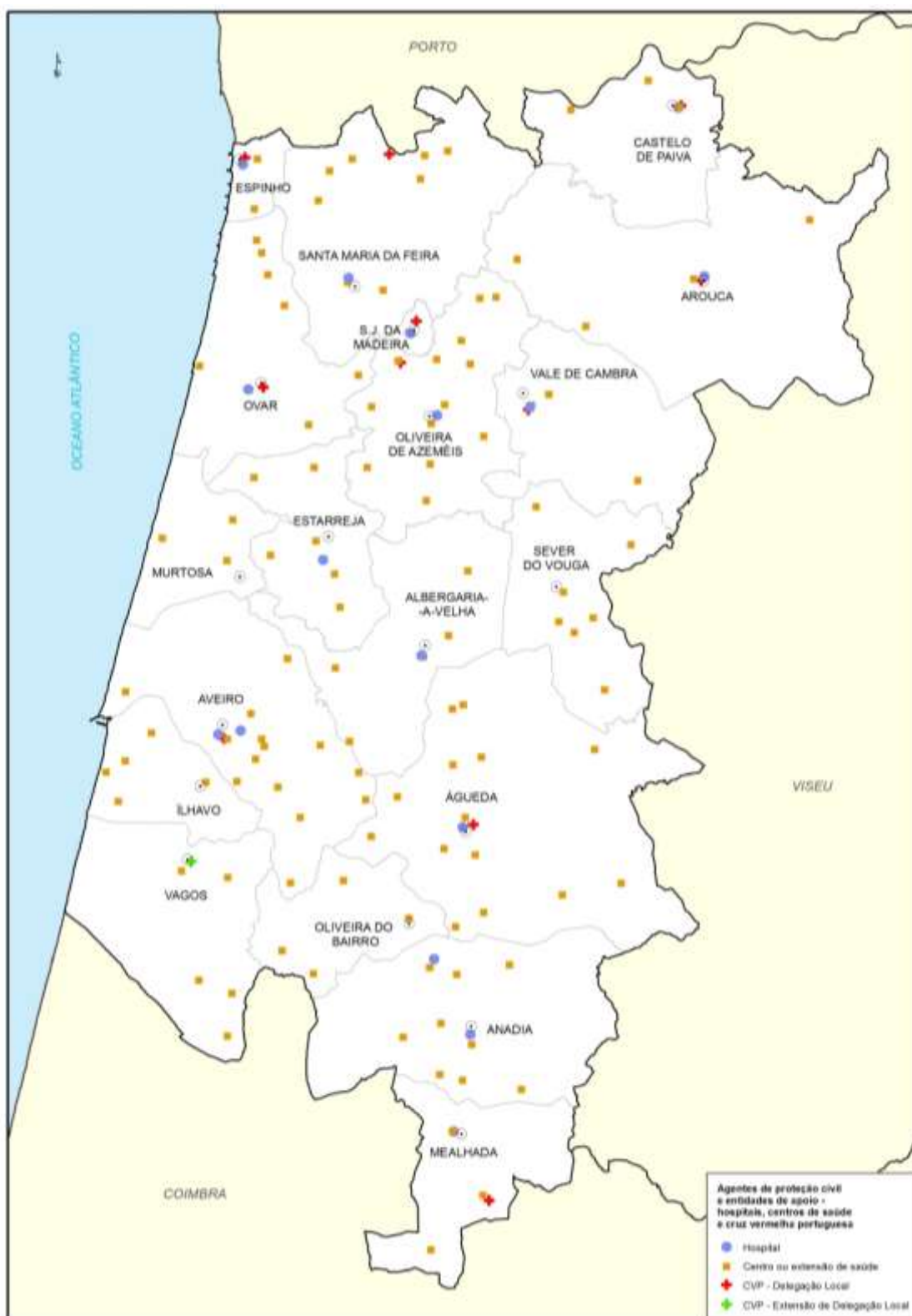
Carta 22 – Agentes de Proteção Civil - instalações dos corpos de bombeiros e sapadores florestais
 (fonte: ANPC, 2013; ETOPS - CDOS de Aveiro, 2011; ICNF, 2014; Digitalização própria a partir do Google Earth, 2014)



Carta 23 – Agentes de Proteção Civil - instalações das forças de segurança, autoridade marítima³⁸ e forças armadas

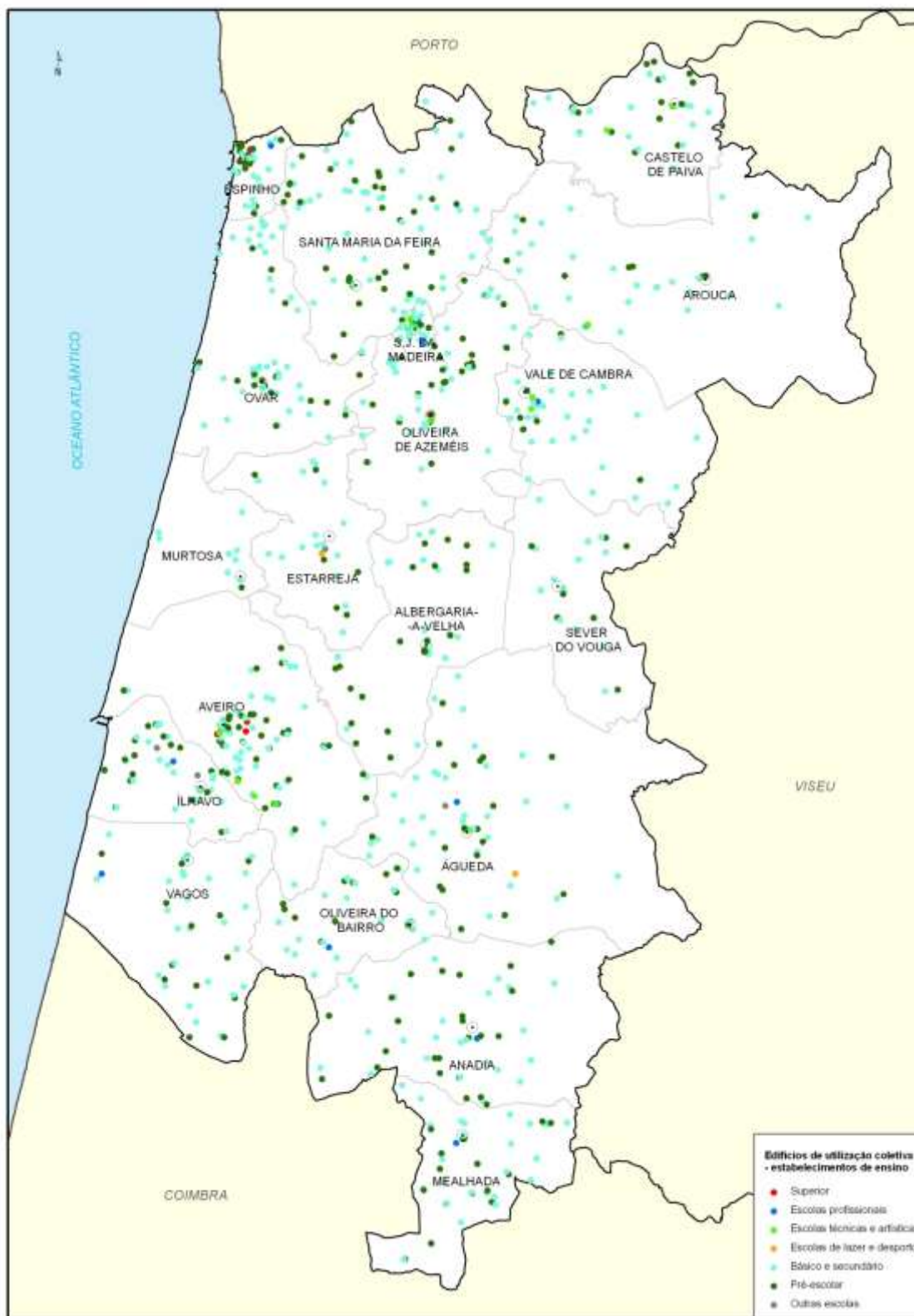
(fonte: InfoPortugal, 2013; GNR, 2014; Autoridade Marítima, 2014;
Digitalização própria a partir do Google Earth, 2014)

³⁸ A informação apresentada da Autoridade Marítima é a que se encontra disponível nas bases de dados utilizadas, não tendo sido possível em tempo útil obter informação georreferenciada do Comando Local da Polícia Marítima de Aveiro (piquete) e da Estação salva-vidas de Aveiro.



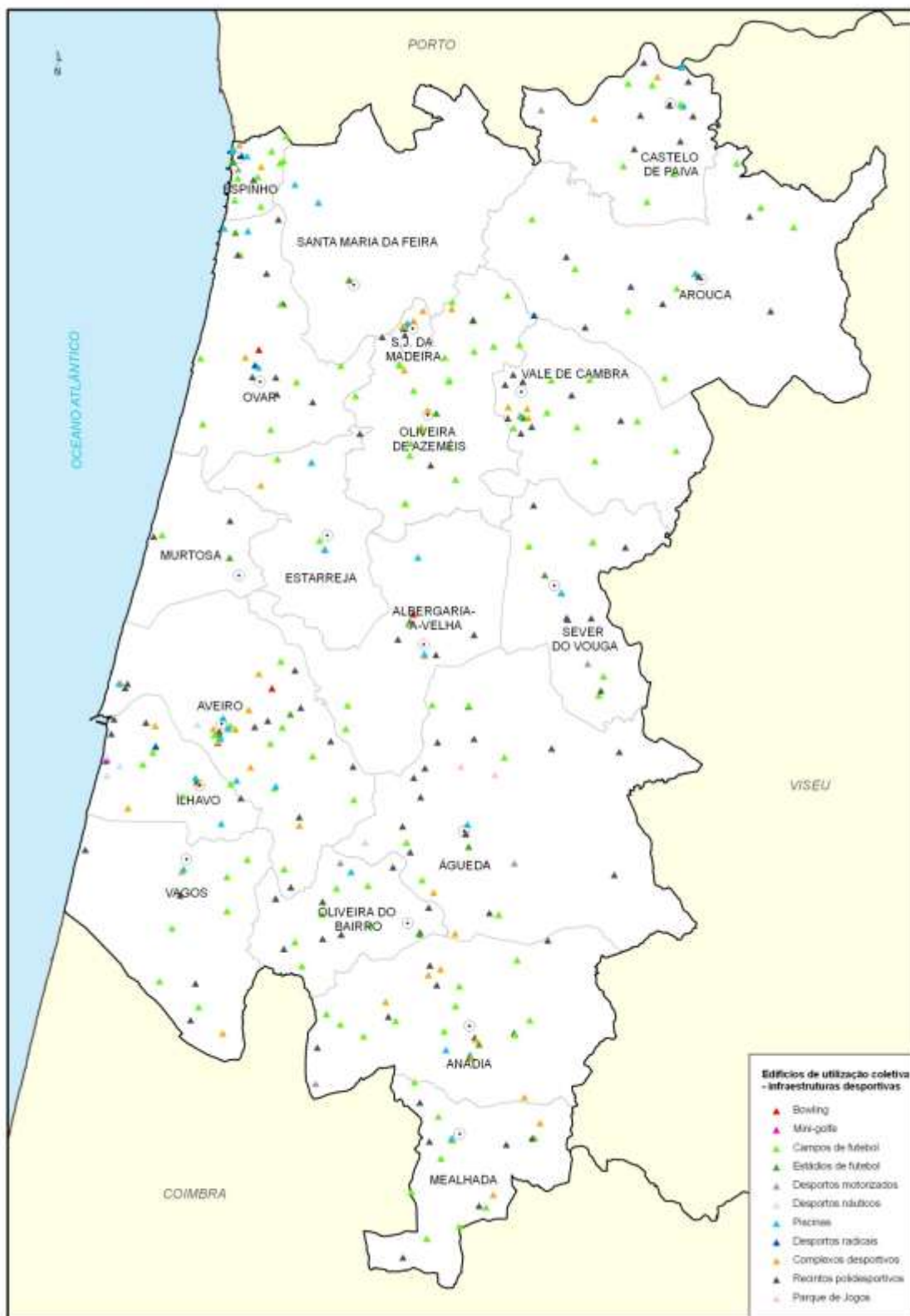
Carta 24 – Agentes de Proteção Civil e Entidades de Apoio – hospitais, centros de saúde, e Cruz Vermelha Portuguesa

(fonte: InfoPortugal, 2013; CVP, 2014 e Digitalização própria a partir do Google Earth, 2014)



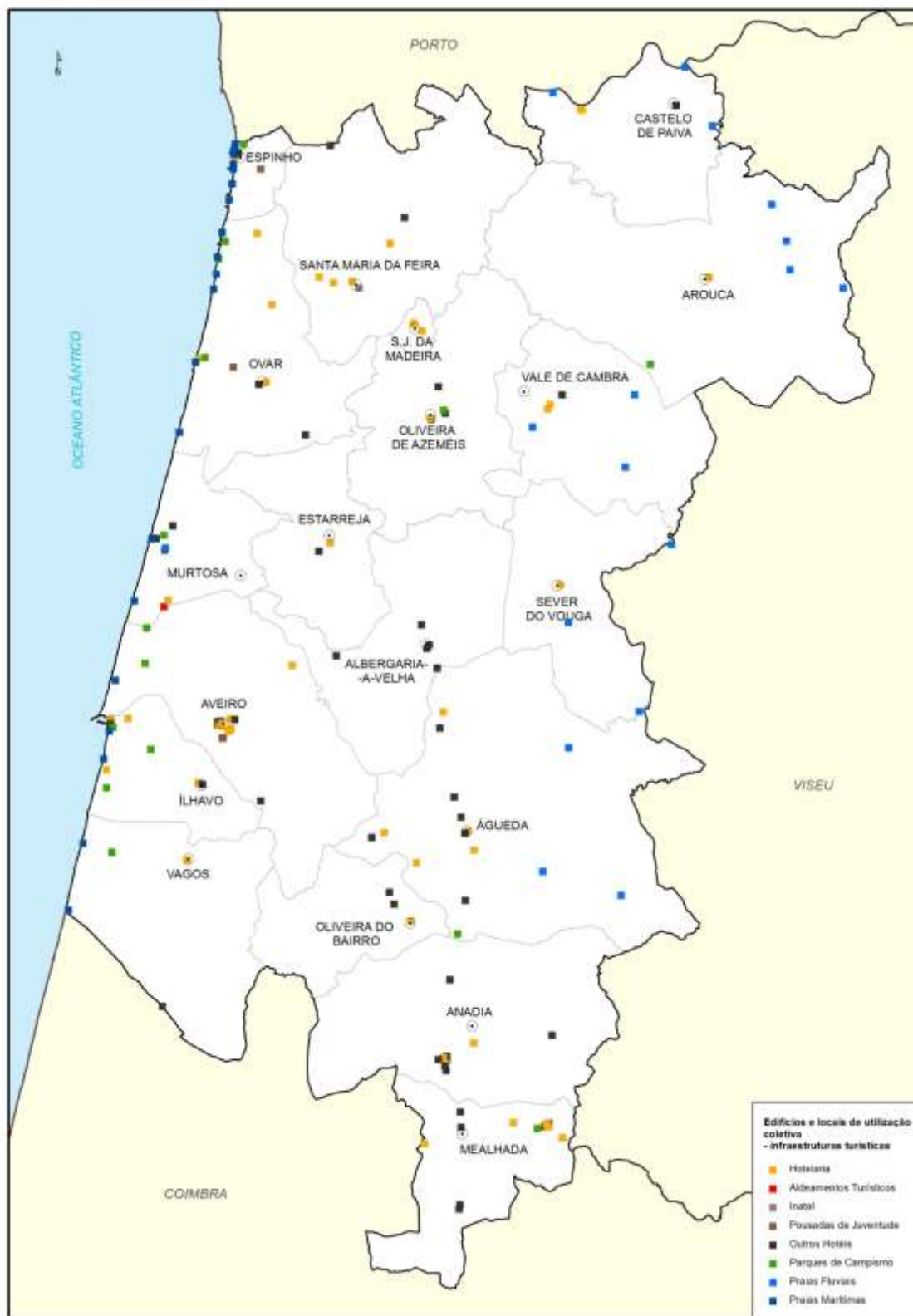
Carta 25 – Edifícios de utilização coletiva – estabelecimentos de ensino

(fonte: InfoPortugal, 2013)



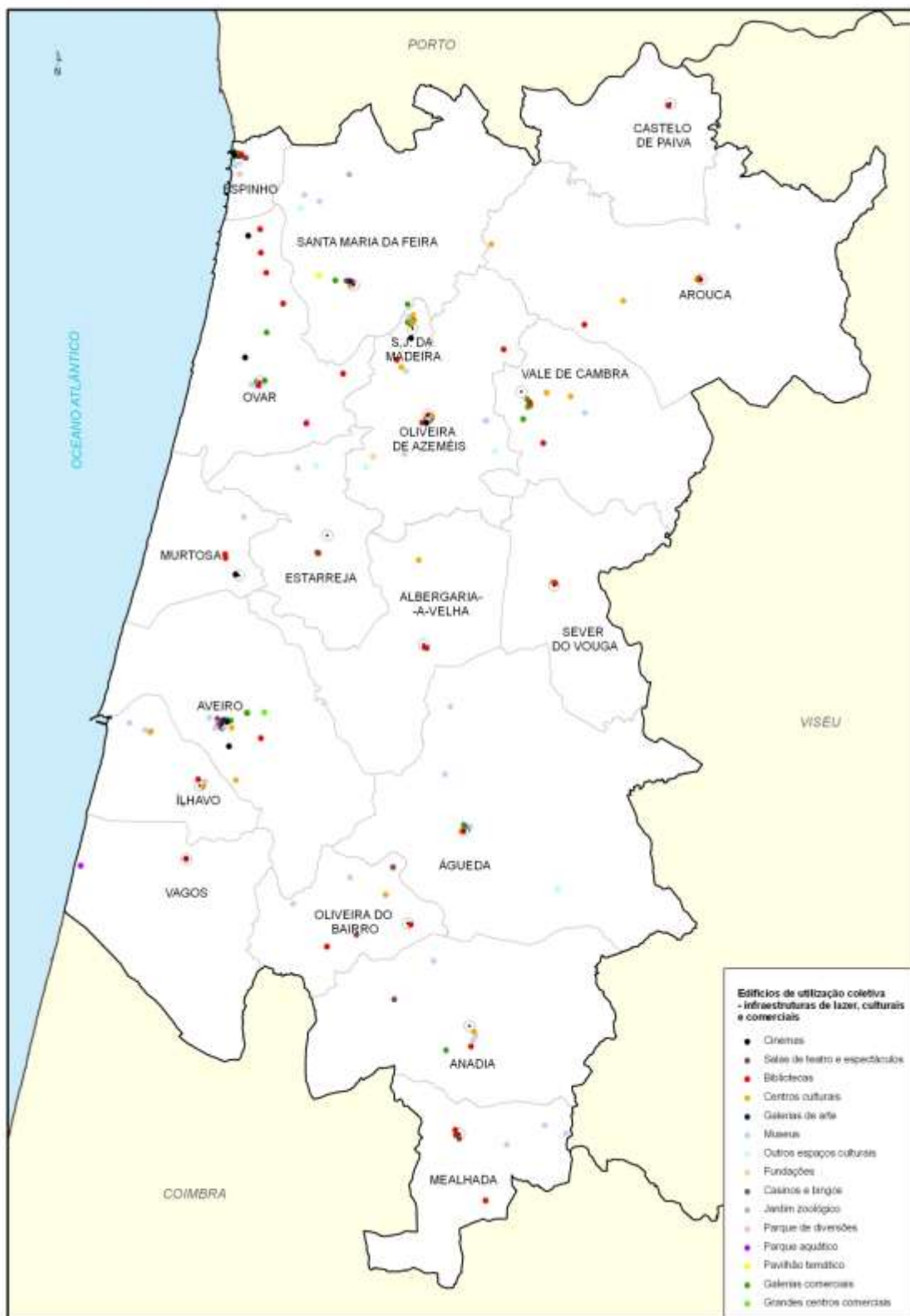
Carta 26 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas desportivas

(fonte: InfoPortugal, 2013)



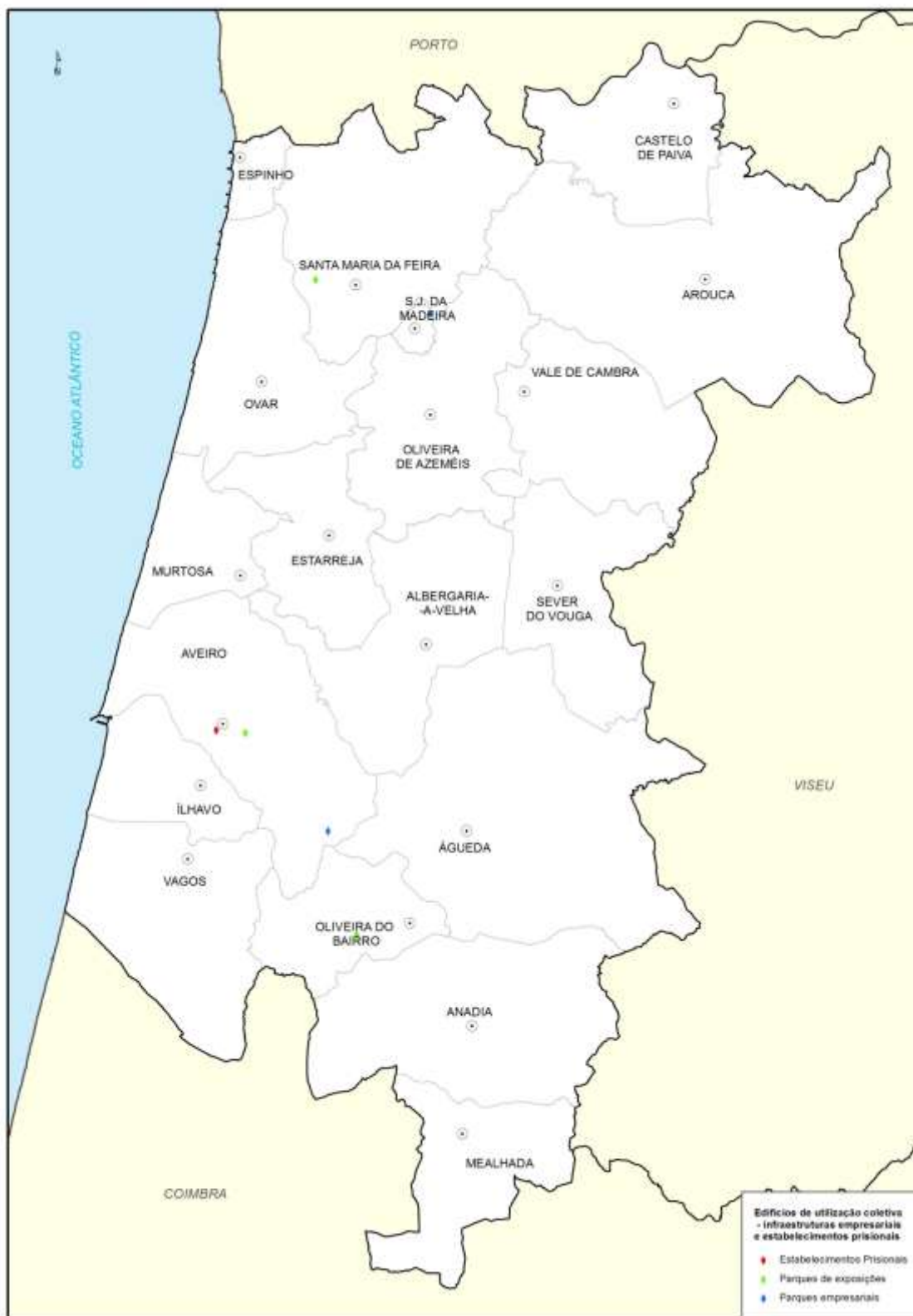
Carta 27 – Edifícios e locais de utilização coletiva – infraestruturas turísticas

(fonte: InfoPortugal, 2013)

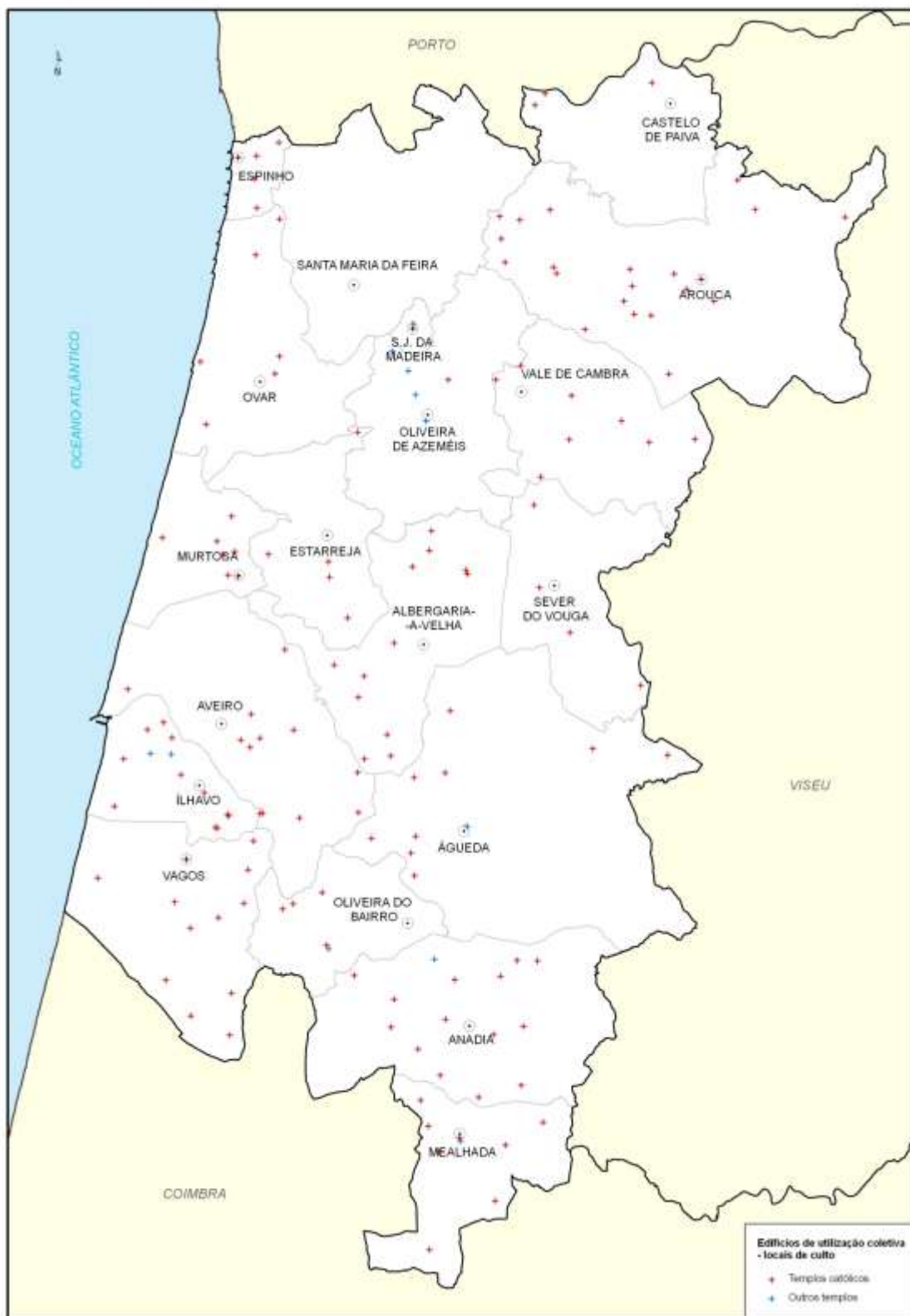


Carta 28 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas de lazer, culturais e comerciais

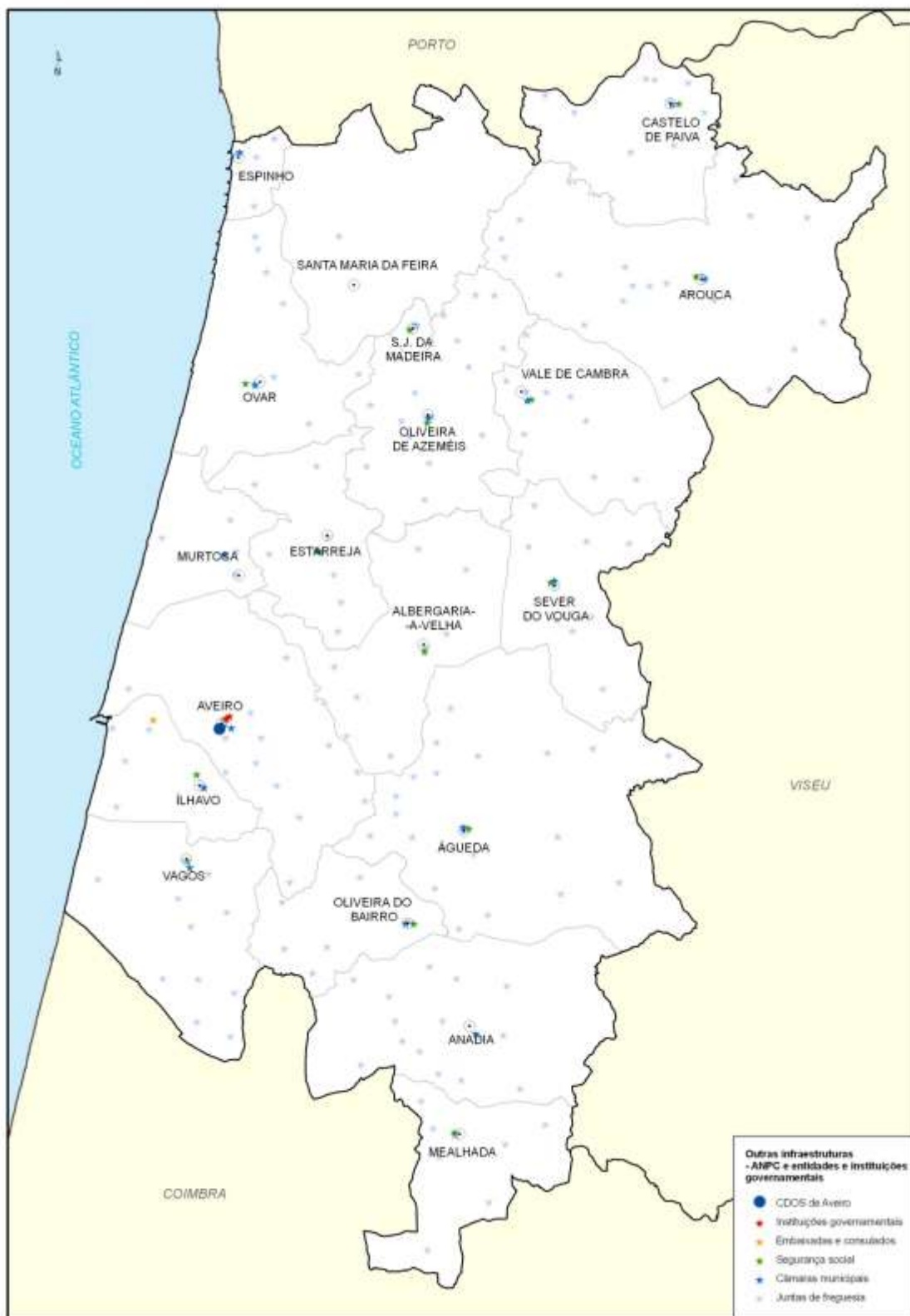
(fonte: InfoPortugal, 2013)



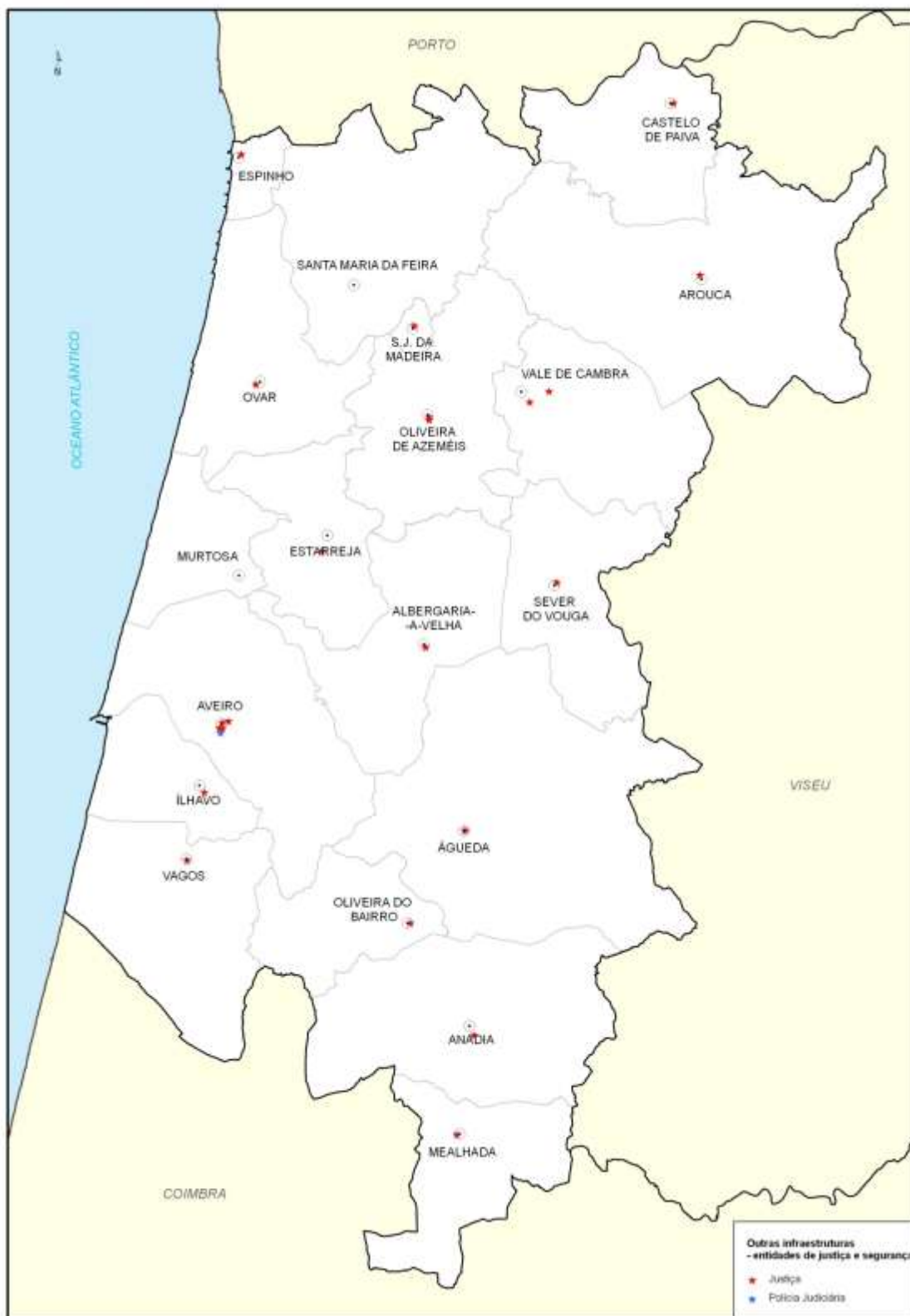
Carta 29 – Edifícios de utilização coletiva – infraestruturas empresariais e estabelecimentos prisionais
 (fonte: InfoPortugal, 2013 e Digitalização própria a partir do Google Earth, 2014)



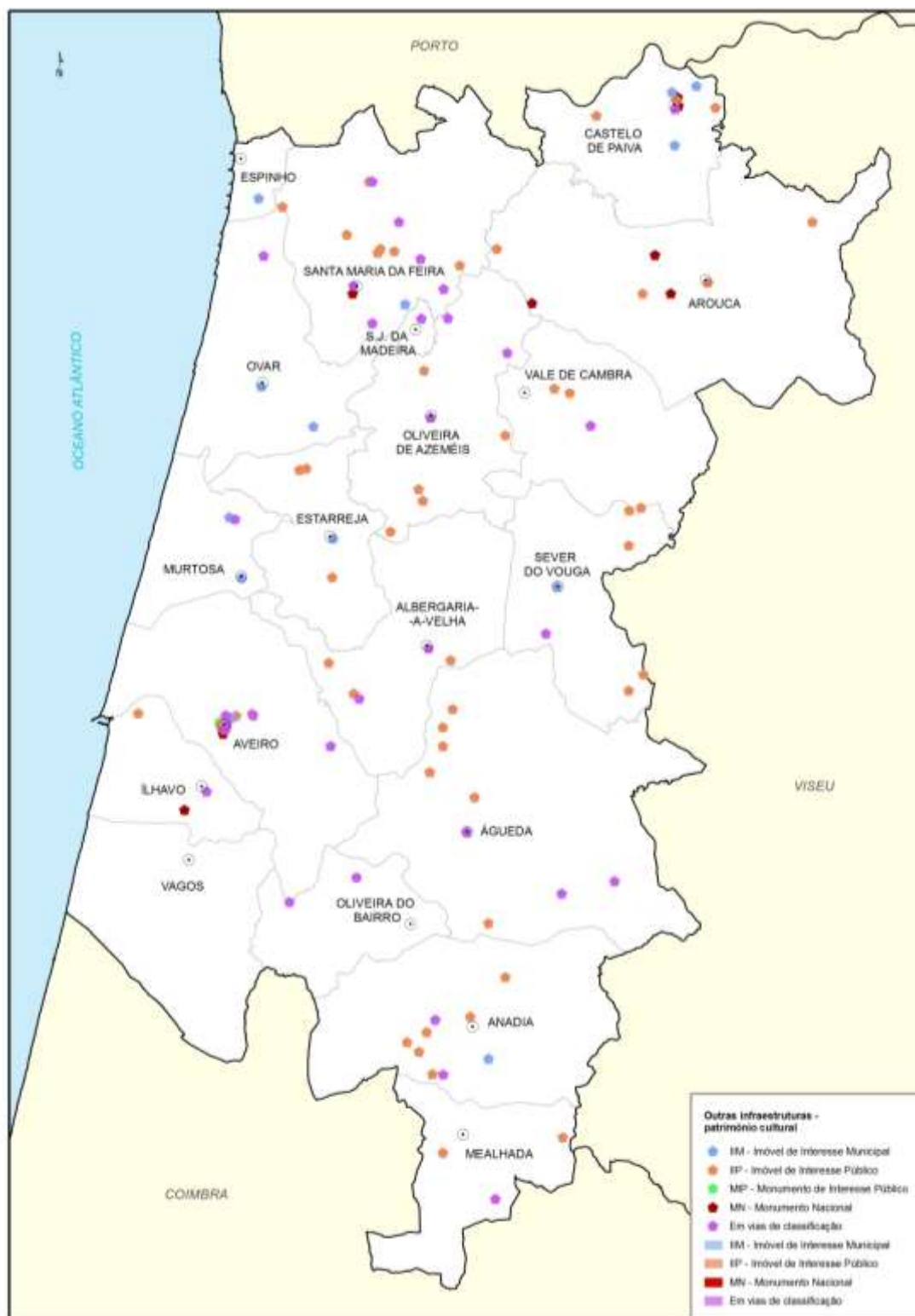
Carta 30 – Edifícios de utilização coletiva – locais de culto
(fonte: InfoPortugal, 2013)



Carta 31 – Outras infraestruturas – ANPC e entidades e instituições governamentais
(fonte: ANPC, 2010; InfoPortugal, 2013)



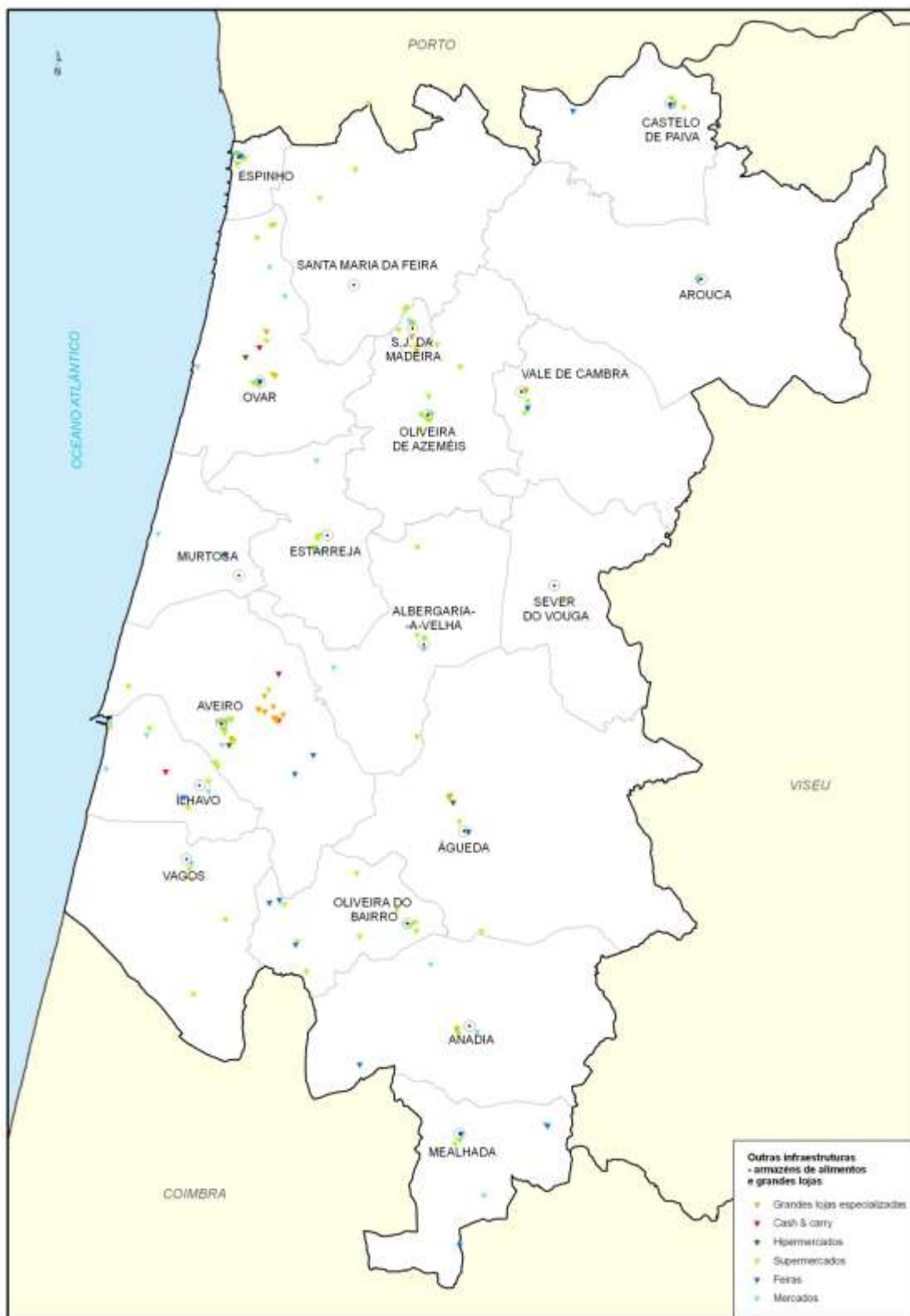
Carta 32 – Outras infraestruturas – entidades de justiça e segurança
(fonte: InfoPortugal, 2013)



Carta 33 – Outras infraestruturas – património cultural³⁹

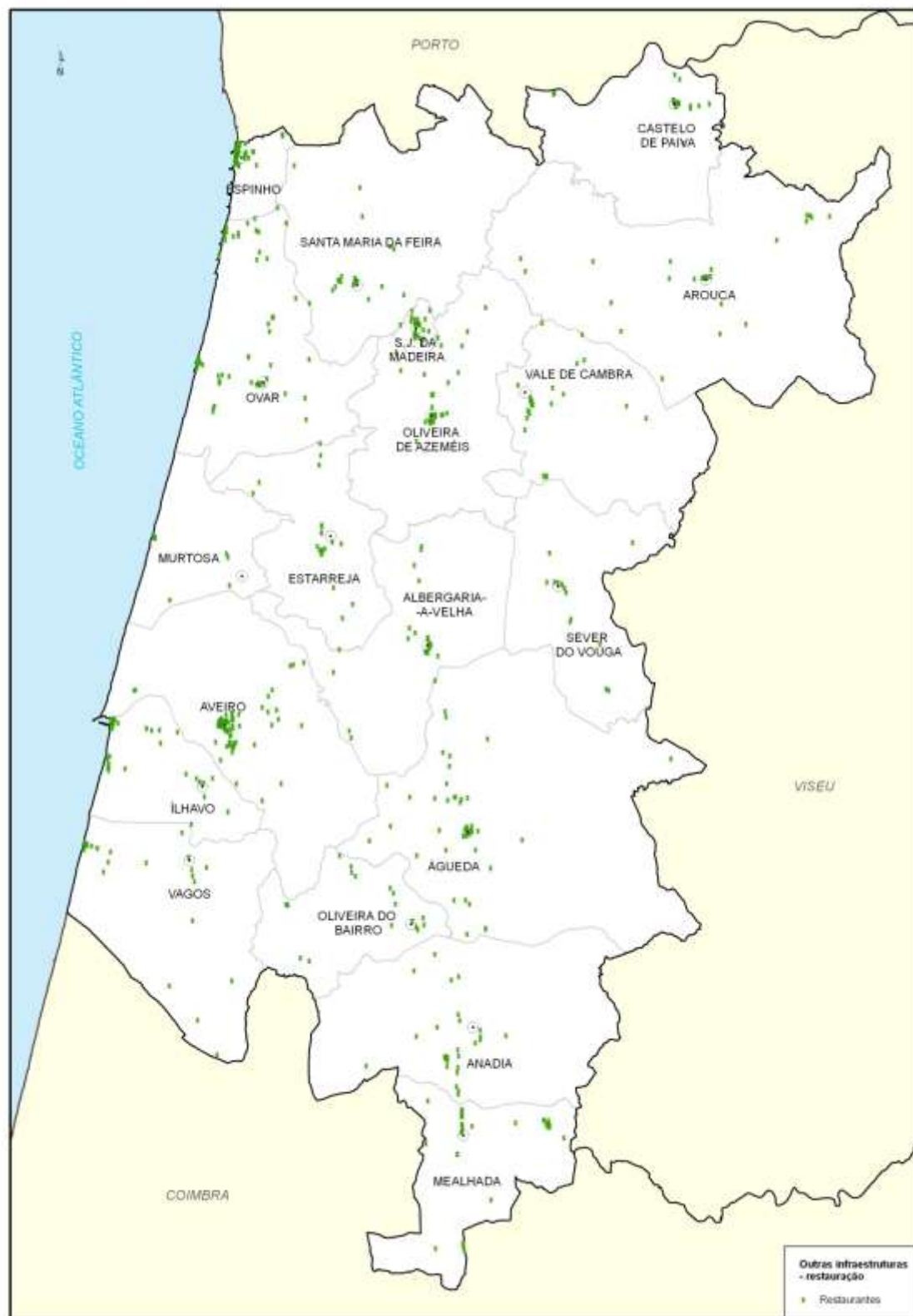
(fonte: InfoPortugal, 2013)

³⁹ O património cultural é representado sob a forma de pontos e de polígonos pelo que, na legenda da figura, surgem dois símbolos, um de pontos e outro de polígonos, para o mesmo tema da mesma legenda.

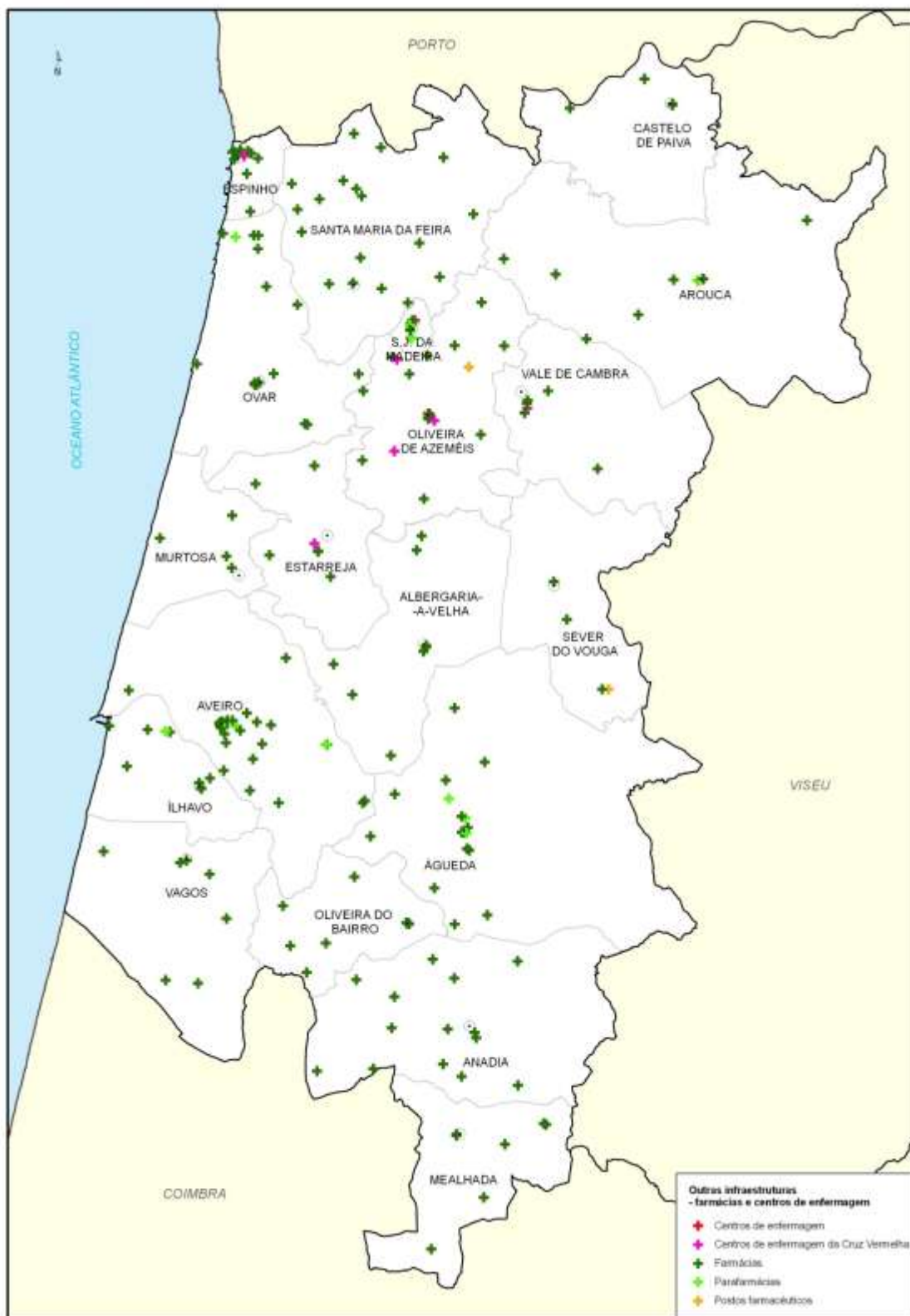


Carta 34 – Outras infraestruturas – armazéns de alimentos e grandes lojas

(fonte: InfoPortugal, 2013)

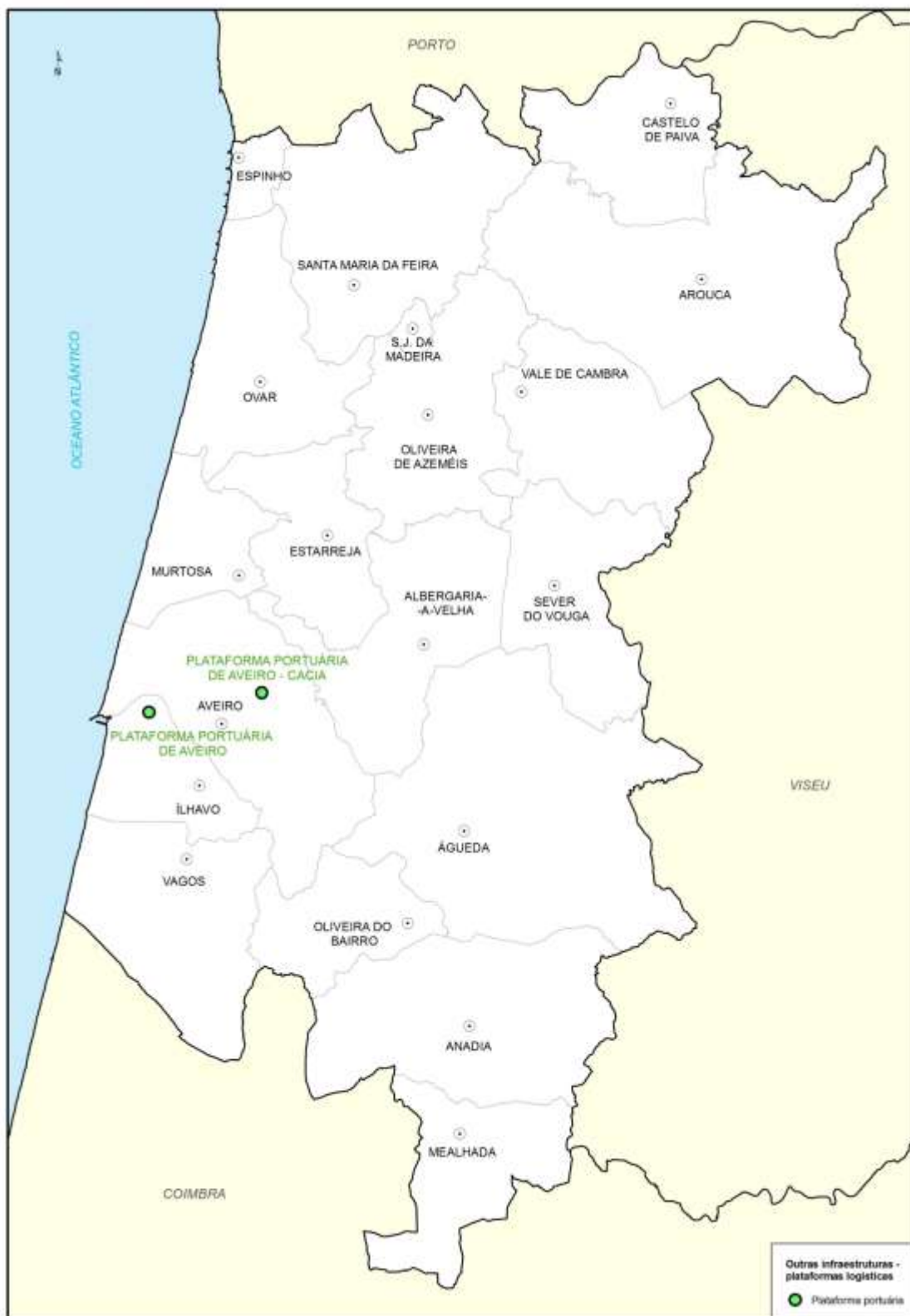


Carta 35 – Outras infraestruturas – restauração
(fonte: InfoPortugal, 2013)



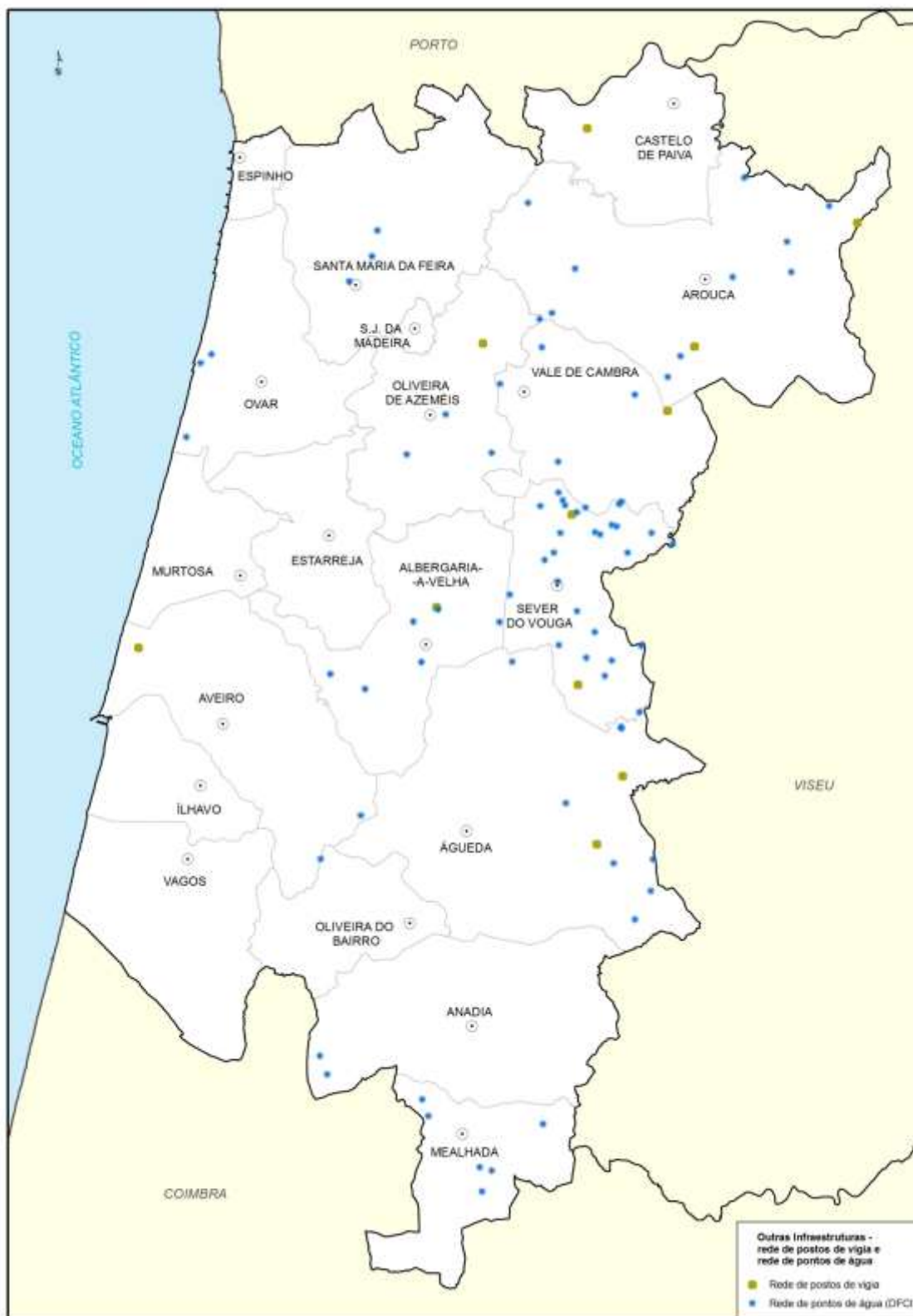
Carta 36 – Outras infraestruturas – farmácias e centros de enfermagem

(fonte: InfoPortugal, 2013)



Carta 37 – Outras infraestruturas – plataformas logística

(fonte: MOPTC, s.d.; Digitalização própria a partir do Google Earth, 2013)



Carta 38 – Outras infraestruturas – rede de postos de vigia e rede de pontos de água

(fonte: GNR,2013; CDOS de Aveiro, 2013)

Anexo II – Programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados e para a garantia da operacionalidade do Plano

i. Programa de medidas a implementar para a prevenção e mitigação dos riscos identificados

As medidas de mitigação a definir devem ser abrangentes para os riscos predominantes neste território, esforçando-se por alcançar objetivos múltiplos e definindo horizontes de tempo a longo prazo.

Mitigar o impacto das catástrofes, pressupõe o reconhecimento/ identificação dos perigos e áreas de suscetibilidade à ameaça, a identificação dos fatores que contribuem para as vulnerabilidades presentes, bem como a consideração da capacidade de adaptação que as comunidades vão desenvolvendo face às situações presentes, devendo esta compreender os mecanismos de resposta já implementados.

Todas as ações de mitigação de riscos, se sustentadas, tendem para a redução das vulnerabilidades presentes, detendo por isso o potencial de produzir benefícios repetidos ao longo do tempo, precavendo os impactos de futuras catástrofes.

As medidas de mitigação devem por isso, estar previstas em todas as fases do ciclo da catástrofe podendo ser estruturais ou não estruturais, como são as estratégias de desenvolvimento propostas nos instrumentos de gestão territorial ou os programas de sensibilização/educação destinados à comunidade ou à sensibilização de decisores dos setores público e privado

Neste sentido, e de modo a alcançarem-se estes objetivos identifica-se nos pontos que se seguem:

- Estratégias de carácter geral a serem implementadas por agentes de proteção civil e/ou entidades de apoio;
- Estratégias específicas para cada um dos principais riscos identificados no Plano, incluindo os instrumentos legais atualmente em vigor.

1. Estratégias gerais

No âmbito da definição de estratégias para mitigação dos efeitos associados a acidentes graves ou catástrofes, torna-se útil clarificar aquelas que, ao serem implementadas, apresentam um efeito benéfico transversal a vários tipos de eventos.

Importa ter em conta nas estratégias de mitigação de carácter geral:

- As que decorrem da lei de bases de proteção civil⁴⁰, como são o direito à informação e formação dos cidadãos, de acordo com a qual os cidadãos têm direito à informação sobre os riscos a que estão sujeitos, bem como sobre as medidas adotadas e a adotar de modo a minimizar os efeitos de acidente grave ou catástrofe. Esta estratégia pode incluir na sua implementação, o desenvolvimento de ações de informação/sensibilização destinadas à população em geral, mas também às instituições públicas e privadas, consciencializando-as das responsabilidades que recaem sobre elas;
- As ações tendentes à atualização das bases de dados de ocorrências para uma permanente atualização dos níveis de risco e das áreas de suscetibilidade bem como, à manutenção do inventário atualizado de meios materiais e humanos que poderão ser ativados em caso de emergência;
- A articulação com os instrumentos de gestão territorial, complementando as estratégias ali definidas para a diminuição das vulnerabilidades e para a minimização dos riscos identificados;
- Promoção da realização de exercícios aos diferentes níveis
- A maximização da eficiência das ações de socorro promovendo a realização de planos de emergência (especiais, municipais) concisos e centrados nas componentes operacionais (potenciar a eficiente gestão de recursos disponíveis)

⁴⁰ N.º 1 e 2 do artigo 7.º da Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 80/2015 de 03 de agosto.

2. Estratégias específicas

Para além da definição de estratégias de carácter geral, úteis para a maximização da eficácia e eficiência de um elevado número de ações transversais a vários tipos de risco, considera-se ser de toda a utilidade organizar e especificar estratégias de mitigação para os principais tipos de risco que poderão afetar o território nacional, bem como indicar os instrumentos legais que concorrem para a mitigação das suas consequências.

Nas tabelas seguintes identificam-se as estratégias de mitigação específicas para cada risco:

a. Riscos de origem natural

Tabela All-i2.1 - Estratégias de mitigação para nevões

Nevões
Identificar os principais locais de vulnerabilidade a este risco específico, reforçando nesses locais as ações de informação aos cidadãos e de adoção de medidas de autoproteção;
Sensibilizar as autoridades responsáveis para a implementação de sinalética identificadora deste risco ou de outros decorrentes deste;
Realizar simulacros associado à queda muito acentuada de neve (testar capacidade de resposta do sistema distrital);
Ter previsto locais de distribuição de sal (onde os vários agentes de proteção civil e entidades de apoio como serviços municipais de proteção civil poderão recorrer em caso de necessidade);
Verificar se a distribuição de meios (veículos, lagartas, etc.) nos concelhos do distrito se encontra apto a dar resposta a picos de procura durante nevões e promover a aquisição destes equipamentos;
Promover junto dos decisores políticos a organização intermunicipal para a melhor gestão de equipamentos de desobstrução de vias em especial nos municípios com maior suscetibilidade.

Tabela All-i2.2 - Estratégias de mitigação para ondas de calor

Ondas de calor
Realizar, com especial incidência nos hospitais e estabelecimentos de apoio a idosos e crianças, campanhas de sensibilização imediatamente antes e durante o verão, alertando para os riscos associados às ondas de calor e procedimentos a serem adotados pela população em geral e pela população mais sensível.

Tabela All-i2.3 - Estratégias de mitigação para vagas de frio

Vagas de frio
Realizar, com especial incidência nas épocas de frio, campanhas de sensibilização de melhoria das condições de isolamento dos edifícios.
Promover o acompanhamento da população sem-abrigo de modo a conhecer a sua localização e divulgar procedimentos a seguir.
Promover ações de proximidade que possam constituir apoio em especial às populações idosas e comunidades isoladas.
Realizar campanhas de sensibilização indicando medidas a serem adotadas e alertando para a importância da população estar atenta aos avisos divulgados pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera.

Tabela All-i2.4 - Estratégias de mitigação para secas

Secas
Incrementar a articulação com a APA de modo a acompanhar a evolução do nível das barragens nacionais (disponível em http://snirh.pt com dados atualizados mensalmente) e definir níveis a partir dos quais deverão ser tomadas medidas de emergência.
Definir procedimentos de controlo da quantidade de água consumida, como por exemplo corte de água em períodos específicos do dia, medidas a serem adotadas/ difundidas pela população, etc.
Ao nível da legislação realça-se:

Secas
<ul style="list-style-type: none"> Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro - Lei da Água, a qual define medidas de proteção contra secas, nomeadamente (artigo 41.º) programas de intervenção e prioridades de abastecimento; Decreto-Lei n.º 208/2008, de 28 de outubro - Estabelece o regime de proteção das águas subterrâneas contra a poluição e deterioração; Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de maio - Regime de Proteção das Albufeiras de Águas Públicas de Serviço Público e das Lagoas ou Lagos de Águas Públicas.

Tabela All-i2.5 - Estratégias de mitigação para cheias e inundações

Cheias e inundações
Incrementar a articulação com a APA de modo a acompanhar a evolução do nível das barragens e dos leitos dos cursos de água.
Realizar, com especial incidência junto da administração local, ações de sensibilização que sustentem a necessidade de observar distâncias entre os aglomerados urbanos e as albufeiras.
Realizar ações de sensibilização nas zonas de elevada suscetibilidade, tendo em vista difundir os procedimentos que deverão ser adotados pela população após receção de avisos por parte da proteção civil.
Realizar ações de sensibilização junto das populações para o reconhecimento dos sinais de aviso.
Avaliar a necessidade de ter em reserva (ou definidos locais de fácil abastecimento) meios de reforço de infraestruturas e de contenção das margens dos cursos de água mais suscetíveis como sejam, por exemplo, sacos de areia.

Tabela All-i2.6 - Estratégias de mitigação para inundações e galgamentos costeiros

Inundações e galgamentos costeiros
Articular o Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira, em particular nos concelhos com zona costeira.

Inundações e galgamentos costeiros
Promover a eficiência dos mecanismos de previsão e de aviso à população presente nas zonas suscetíveis aos riscos.
Ao nível da legislação em vigor importa indicar que este tipo de evento poderá ser igualmente mitigado através de instrumentos de ordenamento do território, como previsto na Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), a qual define no seu artigo 40.º a necessidade de se condicionar o uso do solo em zonas suscetíveis a inundações, assim como criar sistemas de alerta.
Implementar ou acompanhar um sistema de monitorização deste risco de forma contínua, para a zona da ria de Aveiro.
Sensibilizar as entidades competentes para a necessidade de reforçar o cordão dunar em zonas fragilizadas.

Tabela All-i2.7 - Estratégias de mitigação para sismos

Sismos
Sensibilizar os promotores para a importância de que todas as edificações cumpram os regulamentos de dimensionamento para fazer face aos sismos, em particular quando se tratam de edifícios como os agentes de proteção civil que deverão estar localizados em locais de baixa suscetibilidade e construídos com as adequadas técnicas construtivas.
Sensibilizar os poderes locais para as obrigações decorrentes da Resolução da Assembleia da República n.º 102/2010, de 11 de agosto de 2010 - Adoção de medidas para reduzir os riscos sísmicos.
Acompanhar a evolução dos planos diretores municipais ao nível da introdução de condicionantes de uso do solo nas zonas definidas como de elevada suscetibilidade sísmica.
Realizar ações de sensibilização tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de sismo.

Tabela All-i2.8 - Estratégias de mitigação para tsunamis

Tsunamis
Realizar exercícios CPX associados à ativação do PDEPC devido a tsunamis, envolvendo as regiões potencialmente mais afetadas. Avaliar eficácia e eficiência de procedimentos de evacuação e aviso nas zonas de maior suscetibilidade.
Desenvolver planos prévios de intervenção que incluam: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Equipas responsáveis pelo aviso à população. ▪ Procedimentos de deslocação da população mais vulnerável (jovens e idosos) e entidades responsáveis pela mesma.
Acompanhar a implementar de sistemas sonoros de aviso de risco de tsunami nas zonas de maior suscetibilidade a este fenómeno.
Realizar ações de sensibilização tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de sismo ou de aviso de tsunami, em particular em edifícios de utilização coletiva (escolas).

Tabela All-i2.9 - Estratégias de mitigação para movimentos de massa em vertentes

Movimentos de massa em vertentes
Articular com os instrumentos de gestão territorial o cumprimento de condicionantes de uso do solo nas zonas definidas como de elevada suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes em especial nas áreas urbanas.
Definir, nas zonas de elevada suscetibilidade, em sede de PMOT, as medidas preventivas relativamente à segurança de pessoas e bens face à instabilização de vertentes, os quais poderão incluir: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Proibição da construção de hospitais, escolas, edifícios com importância na gestão da emergência e edifícios de habitação; ▪ Realização de obras de estabilização e reforço a fim de aumentar a segurança de estruturas já existentes.
Realizar simulacros de modo a avaliar constrangimentos ao nível do tempo previsto para a

Movimentos de massa em vertentes
implementação de ações no terreno. Os simulacros terão ainda por objetivo avaliar o tipo e eficácia das medidas de proteção a implementar.
Garantir o cumprimento da legislação relativa a Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012, de 3 de outubro, que estabelece as orientações estratégicas e o quadro metodológico de definição da Reserva Ecológica Nacional (REN), e que integra como uma das áreas de prevenção e redução de riscos naturais as "Áreas de Instabilidade de Vertentes", definidas como áreas que, devido às suas características de solo e subsolo, declive, dimensão e forma da vertente ou escarpa e condições hidrogeológicas, estão sujeitas à ocorrência de movimentos de massa em vertentes, incluindo os deslizamentos, os desabamentos e a queda de blocos.
Avaliar a implementação de um sistema de monitorização contínua no tempo associado a sistemas de alerta no âmbito dos movimentos de massa em vertentes.
Promover uma "consciência preventiva do risco" entre as autoridades e populações locais sobre os riscos de movimentos de massa em vertente, permitindo que as sociedades desenvolvam procedimentos/organização de coexistência com a dinâmica do meio físico, em particular no que respeita aos movimentos de massa em vertentes. Estas ações podem incluir, por exemplo, a realização de ações de sensibilização tendo em vista a divulgação dos comportamentos de autoproteção a serem adotados em caso de ocorrência de movimentos de massa.
Estabelecer parcerias entre o CDOS/ANPC e a comunidade académica no sentido de garantir que todos os deslizamentos de terras registados em território regional (ocorrências registadas pelos agentes de proteção civil) são estudados e catalogados. Esta ação terá por finalidade a constituição de uma base de dados a partir da qual se irão melhorar, de forma contínua, as metodologias de produção cartografia de suscetibilidade a movimentos de massa em vertentes, à escala nacional.
Estabelecer parcerias entre o CDOS/ANPC e a comunidade académica no sentido de desenvolver modelos de previsibilidade temporal/espacial de ocorrência de movimentos de massa em vertentes, assim como a sua atualização e avaliação de soluções técnicas adequadas, através de parcerias com a comunidade académica.

Tabela All-i2.10 - Estratégias de mitigação para a erosão costeira - destruição de praias e sistemas dunares

Suscetibilidade a erosão costeira - destruição de praias e sistemas dunares
Acompanhar intervenções nas zonas costeiras definidas como sendo de elevada suscetibilidade a destruição de praias e sistemas dunares, em particular a construção de esporões, de modo a avaliar junto das entidades competentes eventuais zonas de intensificação erosiva e suas consequências ao nível de afetação de infraestruturas por inundações e galgamentos costeiros.
Acompanhar os mecanismos de previsão e de aviso à população presente nas zonas suscetíveis.
Ao nível da legislação em vigor importa indicar que este tipo de evento poderá ser igualmente mitigado através de instrumentos de ordenamento do território, como previsto na Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), a qual define no seu artigo 40.º a necessidade de se condicionar o uso do solo em zonas suscetíveis a inundações, assim como criar sistemas de alerta envolvendo APA e ANPC.
Promover a implementação dos planos de ordenamento da orla costeira.

b. Riscos Tecnológicos

Tabela All-i2.11 - Estratégias de mitigação para acidentes rodoviários

Acidentes rodoviários
Garantir a atualização de forma continuada da base de dados relativa a acidentes rodoviários, a qual deverá compreender as coordenadas dos acidentes ocorridos e informação complementar relativa à tipologia do acidente, ao número de vítimas envolvidas e ao tipo de veículos envolvido.
Promover a melhoria contínua dos processos de avaliação das causas dos acidentes de modo a identificar com rigor as áreas onde se deverá atuar prioritariamente (quais os comportamentos mais perigosos, características das vias a alterar/evitar, etc.).
Identificar as vias com maior suscetibilidade à ocorrência de acidentes diferenciando-as

Acidentes rodoviários
de acordo com a tipologia de acidente/vítimas.
Realizar exercícios e analisar a sua eficácia e eficiência e identificar constrangimentos operacionais.
Garantir a existência/atualização de planos prévios de intervenção para as principais vias do distrito.
Promover a articulação e a interoperabilidade de dados e processos entre as diferentes entidades envolvidas na prevenção e socorro de forma a consolidar a obtenção de dados a médio e longo prazo.

Tabela All-i2.12 - Estratégias de mitigação para acidentes ferroviários

Acidentes ferroviários
Promover a realização de simulacros envolvendo a ativação dos planos específicos da REFER e CP e sua articulação com os agentes de proteção civil e organismos e entidades de apoio.
Garantir que os registos de acidentes compilados pela ex-REFER são interoperáveis com outras bases de dados existentes e compreendem igualmente a indicação das coordenadas geográficas dos mesmos e informação adicional relativa ao número e tipologia de vítimas, assim como a tipologia de composições envolvidas

Tabela All-i2.13 - Estratégias de mitigação para acidentes fluviais

Acidentes fluviais
Agilizar a articulação entre o CDOS e as entidades competentes e com capacidade de gestão das águas navegáveis em território distrital, através da realização de simulacros formação partilhada e estabelecimento de canais privilegiados de comunicação de dados, informação e capacidade operacional.

Tabela All-i2.14 - Estratégias de mitigação para acidentes aéreos

Transporte terrestre de mercadorias perigosas
Garantir a atualização de forma continuada da base de dados relativa a acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas (por rodovia e ferrovia), a qual deverá compreender, para além das causas e consequências dos acidentes, as coordenadas geográficas dos mesmos.
Promover ações de formação relativamente aos procedimentos a serem adotados em caso de acidente envolvendo diferentes tipos de matérias perigosas.
<p>Garantir o cumprimento da legislação relativa a:</p> <ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de abril, alterado pelo Decreto-Lei 206-A/2012, de 31 de agosto e pelo DL 19-A/2014 de 07 de fevereiro - Aprova o regulamento do transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/90/CE, da Comissão, de 3 de novembro, e a Diretiva n.º 2008/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de setembro; Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro - Lei da Água, a qual define medidas de proteção contra acidentes graves de poluição, nomeadamente (artigo 42.º) medidas e informação a incluir nos planos de recursos hídricos.
Garantir a existência/atualização de planos prévios de intervenção para as principais vias do distrito. Estes deverão compreender procedimentos a serem adotados de acordo com diferentes tipologias de substâncias perigosas, incluindo os meios necessários para a mitigação do risco.
Realizar periodicamente de exercícios relativos a acidentes no transporte terrestre de mercadorias perigosas.

Tabela All-i2.15 - Estratégias de mitigação para acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos

Acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos
Garantir a atualização da informação relativa às infraestruturas fixas de transporte de

Acidentes em infraestruturas fixas de transporte de produtos perigosos
produtos perigosos (gasodutos e pipeline) existentes no distrito.
Realizar exercícios relativos a esta tipologia de acidentes.
Garantir, em colaboração com a REN Gasodutos (entidade responsável pela gestão da rede de transporte de gás natural), que as áreas de servidão deste tipo de infraestrutura apresentam uso condicionado. Acompanhar a eventual instalação de infraestruturas nas proximidades do gasoduto.
No que se refere à legislação para além da introdução de restrições de uso do solo em zonas de influência (nomeadamente ao nível dos planos diretores municipais) importa salientar a Lei da Água (Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro), a qual define medidas de proteção contra acidentes graves de poluição, nomeadamente (artigo 42.º) medidas e informação a incluir nos planos de recursos hídricos.

Tabela All-i2.16 - Estratégias de mitigação para incêndios urbanos

Incêndios urbanos
Garantir que os corpos de bombeiros realizam exercícios relativos a estratégias de combate a incêndios em edifícios (de diferentes tipologias) e sua evacuação.
Realizar exercícios (em colaboração com os municípios e respetivos agentes de proteção civil) tendo em vista a avaliação do tempo decorrido entre o alerta e o controlo do teatro de operações, bem como da eficácia das operações a implementar.
Manter atualizada a informação relativa aos meios disponíveis no distrito para fazer frente a esta tipologia de risco.
Garantir o cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios e a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, que aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios.

Tabela All-i2.17 - Estratégias de mitigação para incêndios em centros históricos

Incêndios em centros históricos
Estimular a realização de exercícios relativos a estratégias de evacuação e combate a incêndios em edifícios (de diferentes tipologias) localizados em centros históricos.
Realizar exercícios (em colaboração com os municípios e respetivos agentes de proteção civil) tendo em vista avaliação do tempo decorrido entre o alerta e o controlo do teatro de operações, bem como da eficácia das operações a implementar.
Manter atualizada a informação relativa aos meios disponíveis no distrito para fazer frente a esta tipologia de risco.
Garantir a existência de planos prévios de intervenção para os principais centros históricos do distrito. Estes deverão compreender estratégias de intervenção relativas a: <ul style="list-style-type: none"> Sectorização do teatro de operações. Meios a mobilizar automaticamente para a zona de concentração e reserva. Procedimentos de desimpedimento de vias por viaturas (mobilização de elevado número de reboques a estacionar na zona de concentração e reserva, por exemplo).
Garantir o cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º220/2008, de 12 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 224/2015 de 9 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico da Segurança Contra Incêndio em Edifícios e a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro, que aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios.

Tabela All-i2.18 - Estratégias de mitigação para colapso de túneis, pontes e infraestruturas

Colapso de túneis, pontes e infraestruturas
Garantir a existência de planos prévios de intervenção para todas as vias com túneis, de modo a estabelecerem-se os procedimentos de intervenção em caso de colapso (meios a mobilizar e procedimentos a adotar).
Promover a avaliação periódica da estabilidade estrutural de túneis, pontes e viadutos.

Colapso de túneis, pontes e infraestruturas
<p>Garantir o cumprimento da legislação em vigor, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> Decreto-Lei n.º 235/83, de 31 de maio, relativo ao Regulamento de Segurança e Ações para estruturas de edifícios e pontes; Decreto-Lei n.º 75/2006, de 27 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 308/2009, de 23 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 75/2014, de 13 de maio, que estabelece os requisitos mínimos de segurança para os túneis da rede rodoviária transeuropeia e da rede rodoviária nacional.

Tabela All-i2.19 - Estratégias de mitigação para substâncias perigosas (acidentes industriais)

Substâncias perigosas (acidentes industriais)
Acompanhar a elaboração e revisão dos Planos de Emergência Internos e dos Planos de Emergência Externos dos estabelecimentos de nível superior de perigosidade abrangidos pela Diretiva Seveso.
Participar nos exercícios relativos aos Planos de Emergência Externos e aos Planos de Emergência Internos dos estabelecimentos que lidam com substâncias perigosas.
Acompanhar a divulgação à população (pelos SMPC do distrito com a colaboração do operador do estabelecimento) de medidas específicas de autoproteção a adotar em caso de acidente grave nos estabelecimentos que lidam com substâncias perigosas.
<p>Ao nível da legislação em vigor importará fazer cumprir o previsto no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 05 de agosto, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> Garantir a incorporação nos Planos Diretores Municipais das distâncias de segurança entre os estabelecimentos e zonas residenciais, vias de comunicação, locais frequentados pelo público e zonas ambientalmente sensíveis. Acompanhar a elaboração e revisão de relatórios de segurança.

Tabela All-i2.20 - Estratégias de mitigação para colapso de edifícios de utilização coletiva

Colapso de edifícios de utilização coletiva
Organizar, através dos SMPC, exercícios envolvendo a evacuação dos edifícios de utilização coletiva.
Apreciar as medidas de autoproteção destes edifícios (de acordo o Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro e a Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro).

Tabela All-i2.21 - Estratégias de mitigação para emergências radiológicas

Emergências radiológicas
<p>Ao nível da legislação em vigor importará fazer cumprir o previsto no Decreto-Lei n.º 174/2002, de 25 de julho, que estabelece as regras aplicáveis à intervenção em caso de emergência radiológica, fixando as normas de base de segurança relativas à proteção sanitária da população e dos trabalhadores contra os perigos resultantes das radiações ionizantes.</p> <p>Esta legislação define, em matéria de mitigação do risco, a criação de uma rede de vigilância e alerta, as entidades responsáveis pela informação à população e a necessidade de se produzirem planos de emergência internos e externos.</p>

c. Riscos Mistos

Tabela All-i2.22 - Estratégias de mitigação para incêndios florestais

Incêndios florestais
Garantir a articulação entre o Plano Distrital da Defesa da Floresta Contra Incêndios (PDDFCI) e Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, com o PDEPC.
Planear a gestão de faixas de combustível.
Articular os sistemas de vigilância e deteção com os meios de 1.ª intervenção.
Estudar e conhecer as dinâmicas do incêndio em termos distritais, por forma a adequar a

Incêndios florestais
vigilância e as campanhas de sensibilização.
Melhorar a eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo.
Melhorar os meios de planeamento, previsão e apoio à decisão.
Melhorar as infraestruturas e logística de suporte à DFCI.
Recuperar e reabilitar os ecossistemas.

Tabela All-i2.23 - Estratégias de mitigação para rutura de barragens

Rutura de barragens
<p>Garantir o cumprimento do Regulamento de Segurança de Barragens (Decreto-Lei nº 344/2007 de 15 de outubro) nomeadamente ao nível de:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Conclusão dos planos internos e externos das barragens de classe I ▪ Cumprimento do plano de observação, em colaboração com o LNEC para as barragens da classe I. ▪ Fiscalização do cumprimento das obrigações do dono de obra, nomeadamente ao nível da operacionalidade das infraestruturas de aviso nas zonas de autossalvamento.
Garantir a produção de cartografia das zonas afetadas pelas ondas de cheia e os tempos associados à sua progressão (informação a constar nos Planos de Emergência).
Desenvolver campanhas de informação junto da população potencialmente afetada em caso de rutura de barragens.

ii. Programa de medidas a implementar para a garantia da manutenção da operacionalidade do Plano

De modo a garantir a permanente operacionalidade do PDEPCA de Aveiro, manter a prontidão dos agentes e entidades nele envolvidos e recolher lições para a sua melhoria e atualização permanentes, serão realizados exercícios com periodicidade máxima de dois anos, nos termos do disposto no n.º 3 do Artigo 8.º da Resolução n.º 30/2015 de 07 de maio. Os referidos exercícios poderão envolver o teste à totalidade ou apenas a parte do Plano. Estes serão alternadamente do tipo CPX (Command Post Exercise) ou LIVEX (Live Exercise). Caberá à Comissão Distrital de Proteção Civil, de acordo com a alínea d) do n.º 2 do Artigo 38.º da LBPC, a sua promoção.